



XVII FESTA DA SOLIDARIEDADE

Bragança foi capital do espírito solidário que aqueceu o Nordeste Transmontano

APROVADO ESTATUTO

Para dar mais dignidade à pessoa idosa



SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO E GOVERNO ASSINAM ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2023-2024

Uma questão de justiça pura e dura



AÇORES

IPSS açorianas reuniram pela primeira vez para refletirem e partilharem experiências

Aprovado por dermatologistas

iD

COMPLETE SKIN PROTECTION

Past Absorção Instantânea

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PESSOA

- 100% respirável para preservar a sua pele
- Confortável e Segura
- Absorção rápida, Secagem instantânea
- Barreiras anti fugas
- Indicador de humidade e Controlo de odor
- Textura de algodão

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



IPSS OU EMPRESAS SOCIAIS: uma reflexão que urge fazer

No atual cenário europeu, o conceito de empresa social tem vindo a ganhar relevância, impulsionado por uma crescente preocupação com a sustentabilidade e o impacto social. É assunto recorrente em várias reuniões em que tenho estado, como imposição da União Europeia e já em uso em vários países. Contudo, em Portugal, o enquadramento jurídico das empresas sociais ainda não é uma realidade, o que coloca questões importantes para o setor social e solidário, em particular para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Tenho a perceção que se está a caminhar para esta nova designação, julgo que é crucial analisar os desafios que esta nova designação poderá trazer ao tecido da economia social, e como isso poderá afetar o equilíbrio entre inovação e tradição que tem sustentado o setor solidário no nosso país.

A introdução das empresas sociais em Portugal poderá ser vista como um passo necessário, ou mesmo inevitável, para a modernização das respostas aos problemas sociais. Estas entidades, que operam com um modelo híbrido entre o lucro e a missão social, têm o potencial de dinamizar a oferta de serviços sociais e promover maior eficiência na alocação de recursos. Contudo, há questões que se levantam sobre como essas empresas poderão coexistir com as estruturas já estabelecidas, nomeadamente as IPSS. Será possível integrar este novo modelo sem comprometer os valores fundamentais da economia social? Ou estaremos a criar um espaço de competição onde antes existia solidariedade, colaboração e complementaridade?

Um dos principais desafios que se coloca ao setor social e solidário em Portugal pode ser o da concorrência direta entre as empresas sociais e as IPSS. Estas últimas têm sido, durante décadas, os pilares do apoio social em Portugal, oferecendo respostas consolidadas e profundamente enraizadas nas comunidades locais. A sua ação é sustentada por uma rede de confiança construída ao longo de muitos anos, e as suas infraestruturas, embora por vezes limitadas em recursos, são indispensáveis ao funcionamento do sistema de apoio social. O surgimento das empresas sociais só pode fazer sentido se vier a garantir maior estabilidade, permitindo a prestação de outros tipos de serviços. Só compreendo a aceitação das

empresas sociais se mantiverem uma missão social, e não se desviar o foco dos objetivos de coesão social que as IPSS defendem.

Por outro lado, não podemos ignorar que as empresas sociais trazem consigo uma nova abordagem para os problemas sociais, pautada pela inovação, agilidade e capacidade de adaptação às mudanças constantes das necessidades das populações. Elas introduzem um dinamismo que, em certos casos, tem faltado às IPSS, presas a estruturas rígidas e a modelos de financiamento que não incentivam a inovação. Esta capacidade de disrupção é um dos pontos fortes das empresas sociais, mas levanta também o risco de uma desvalorização das soluções tradicionais, que embora menos inovadoras, têm provado ser eficazes na resposta a necessidades sociais de longo prazo. O verdadeiro desafio para a economia social será, portanto, encontrar uma forma de harmonizar estas duas realidades: a inovação das empresas sociais e a experiência consolidada das IPSS.

A regulamentação das empresas sociais, a curto ou médio prazo, deverá abordar esta questão de compatibilização entre modelos. O reconhecimento jurídico destas entidades não pode ocorrer em detrimento das instituições já estabelecidas, sob pena de enfraquecer o setor social como um todo. Uma regulamentação eficaz deverá, assim, promover a incorporação nas empresas sociais, a identidade, missão e valores das IPSS.

Neste sentido, é essencial que se valorize o papel histórico das IPSS no panorama social português. Estas organizações, apesar das suas limitações, foram as precursoras do empreendedorismo social em Portugal. Quando o Estado se mostrou incapaz de responder às necessidades emergentes, foram as IPSS que preencheram esse vazio, criando respostas eficazes e duradouras. O surgimento das empresas sociais não pode, por isso, ser visto como uma substituição das IPSS, mas sim como uma oportunidade para complementar as suas ações, introduzindo uma nova energia e capacidade de inovação nos processos já estabelecidos.

A inovação social, representada pelas empresas sociais, não deve ser encarada como um fim em si mesma, mas como um meio para alcançar soluções mais eficazes e sustentáveis. Contudo, para que estas soluções sejam verdadeiramente

eficazes, é necessário que se baseiem numa apropriação do que de bom está, tradicionalmente, já demonstrado ter capacidade de intervenção no terreno. Por outro lado, há que ter em vista até que ponto esta esta transformação terá impacto social, onde tanto a inovação quanto a tradição tenham o seu espaço, e onde as necessidades das comunidades estejam sempre no centro das atenções.

Penso que nenhum promotor social se oporá à alteração da designação da atual IPSS se ela garantir uma forma adequada de ser uma oportunidade segura para renovar o setor social em Portugal. As IPSS poderão, assim, beneficiar do dinamismo trazido por estas novas entidades, incorporando inovação nos seus modelos de gestão e operação, e garantindo assim a sua sustentabilidade a longo prazo.

É, por isso, fundamental que o debate sobre estas possíveis transformações seja feito com o máximo rigor e com uma visão clara de futuro. Não valerá a pena se não houver um impacto profundo no setor social nas próximas décadas, e será essencial garantir que essas decisões são tomadas com base numa compreensão aprofundada dos desafios e das oportunidades que o surgimento da transformação conseguir. Em última análise, o objetivo deverá ser sempre o mesmo: maximizar o impacto social e garantir que as populações mais vulneráveis são apoiadas de forma eficaz e sustentável.

Assim, o desafio que se coloca ao setor social português não é apenas o da inovação, mas também o da colaboração. A alteração de que se vem falando, venha a representar uma mais-valia significativa para o nosso sistema de apoio social, mas será essencial que a sua integração seja feita de forma harmoniosa. Se formos capazes de criar um ambiente de colaboração entre estas duas realidades, poderemos transformar o setor social em Portugal, garantindo uma resposta mais eficaz, mais inovadora e, acima de tudo, mais justa para aqueles que mais necessitam.

Pessoalmente, não tenho uma opinião formada. Receio que venha a ser algo imposto pela União Europeia num país que tem designações milenares tão diversas. Por isso, é importante começar, desde já, a debater este possível ou não mudança.

Jorge Teixeira da Cunha



TRABALHO DIGNO E SALÁRIO JUSTO

O trabalho humano é o centro da questão social. Este assunto é inesgotável...

1. E desde logo ressalta a evidência de que não há trabalho digno sem salário justo. A exigência de justiça no salário, antes de mais, é uma questão de justiça comunitária, quer dizer decorrente do contrato estabelecido entre o empregado e o empregador. Esta é a exigência primeira: que o trabalhador beneficie de uma parte substancial do produto do seu trabalho e a administre diretamente. Nas nossas sociedades fundadas no estado de direito, a justeza do contrato de trabalho fica viciada com as desigualdades de remuneração abissal entre os trabalhadores e os gestores. Noutras zonas do nosso mundo global, pode-se dizer que há uma evidente permanência do trabalho escravo, dada a diferença entra o produto do trabalho e o valor comercial dos produtos que são produzidos num lugar e comercializados noutra bem distante. A exigência de uma proximidade entre o produto do trabalho e o valor do salário é, pois, muito diferente de região para região do mundo. Mas ela continua a ser uma exigência fundada na justiça e o seu desrespeito continua a ser um pecado que brada aos céus.

2. Importante é também a exigência de que o produto do trabalho seja administrado pelo trabalhador. Este ponto é importante quando se trata de condenar a escravatura ou quando se trata de pensar o chamado Estado Social. No caso da escravatura, é o possuidor que administra o produto do trabalho. No caso das nossas sociedades desenvolvidas europeias, fomos capazes de criar condições de redistribuição, que correspondem, por sua vez, a exigências de justiça, não já comutativa, mas justiça social. Ora aqui nasce um novo problema. Nos dias que correm parece estar a emergir uma nova forma de injúria feita aos trabalhadores que consiste em retirar-lhes a administração do produto do trabalho. De facto, o dador indireto do trabalho administra uma fatia que já ultrapassa metade do produto do trabalho. Este dador de trabalho indireto é o Estado e são outras corporações que têm grande poder para dispor da vida alheia. Por



isso, temos uma nova forma de luta pelo salário justo que consiste em reivindicar para o trabalhador a administração do produto do seu trabalho. Isso implica, desde logo, uma luta pelo aumento generalizado dos salários, diminuindo as margens dos empregadores e os montantes das contribuições para o Estado. Dizer que o salário deve ser suficiente para manter o trabalhador e a sua família (Rerum Novarum – 1891), hoje, é dizer que as famílias devem gerir uma parte cada vez maior dos custos com a educação e com a saúde. Esta opção de fundo justifica-se para obstar a que estejamos a ser explorados por grupos poderosos que pensam a escola e a saúde segundo os seus interesses corporativos e não segundo a razão compartilhada.

3. Este último problema terá, a nosso ver,

uma preponderância cada vez maior no ordenamento democrático das sociedades do futuro. Importa salvaguardar a ideia de que a redistribuição é uma forma indiscutível de justiça. Não queremos voltar ao passado dos trabalhadores desamparados na doença, no desemprego ou na velhice. Mas não queremos também ser manipulados como estamos a ser pelas corporações de hoje que se aproveitam do produto do nosso trabalho para, nas escolas ou nas nossas instituições de saúde, promoverem opções éticas indefensáveis, ou para promoverem políticas agressivas e beligerantes, segundo o bel-prazer de líderes iluminados. Novas formas de defesa do indivíduo são de começar a garantir e a promover, como a objeção fiscal ou a refundação do Estado social na base de opções éticas mais universais.

ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO 2023-2024

A assinatura desta adenda é uma questão de justiça

O Sector Social e Solidário e o governo de Luís Montenegro assinaram uma adenda ao compromisso de cooperação para o sector para o biénio 2023/2024 que contempla um aumento extraordinário de 3,5% das participações. A comparticipação extraordinária, segundo o texto do acordo, visa “minimizar os efeitos da inflação, para fazer face a despesas extraordinárias de funcionamento e dificuldades de tesouraria, a distribuir pelas instituições que prestem respostas sociais em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), lar residencial, centro de dia e serviço de apoio domiciliário.”

A cerimónia decorreu em São Bento, contou com a presença do primeiro-ministro, da ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), o presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), o presidente da União das Mutualidades Portuguesas e o vice-presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa.

Durante a cerimónia o primeiro-ministro afirmou que o aumento extraordinário de 3,5% das participações para o Sector Social, com efeitos retroativos a janeiro deste ano, visa corrigir desequilíbrios resultantes da inflação e representa “justiça pura e dura”. “A assinatura desta adenda vem repor uma situação de justiça entre os subscritores do acordo de cooperação em vigor, que foi celebrado pelo anterior Governo. Independentemente de ter sido subscrito por um Governo anterior, nós temos esta visão institucional: Este é um compromisso do Governo. Respondemos pela nossa orientação, mas também pelos compromissos que estão assumidos em nome do Estado Português”, afirmou o líder do executivo no seu discurso.

De acordo com o primeiro-ministro, o acordo de cooperação com o Sector Social assinado pelo anterior executivo, apesar de conter aspetos positivos, “tem outros aspetos que carecem de aprofundamento ou de atualização, como é o caso das comparticipações correspondentes a valências que, em resultado da evolução dos preços, desequilibraram” as contas das instituições. “A atualização agora feita em 3,5%, que retroage a 01 de janeiro deste ano, é um ato de justiça e não de favor ou, mesmo, algo que passe pela consagração do nosso princípio sobre o contributo do Sector Social. É mesmo justiça pura e dura, é a coisa mais nobre que um decisor político pode fazer”, frisou.

O presidente da CNIS fez uma curta intervenção em que referiu ser este o primeiro documento que o Sector Social e Solidário assina com o executivo de Luís Montenegro, mas garantiu lealdade ao primeiro-ministro em matérias de aprofundamento da cooperação: “Pode contar com toda a nossa lealdade e com disponibilidade para aprofundar a cooperação. Quero lembrar que nós representamos mais de um milhão de pessoas apoiadas, entre cooperativas, mutualidades, misericórdias, associações de solidariedade social, casas do povo, fundações de solidariedade social, centros sociais paroquiais, institutos de reabilitação religiosa onde



estão mais de 750 mil pessoas apoiadas, mais de 250 trabalhadores, mais de 50 mil dirigentes. Nós praticamente representamos todas as famílias portuguesas. Pode contar com toda a nossa lealdade, é já histórica, pode contar com toda a nossa vontade e disponibilidade para aprofundar a cooperação. A todos irmana o mesmo objetivo: um país mais justo, um Portugal melhor, pessoas mais alegres e mais felizes.

Lino Maia aproveitou ainda para reiterar a necessidade de inscrever na Constituição portuguesa o direito universal da proteção social à imagem do que acontece com a saúde e a educação. Lino Maia aplaudiu ainda a intenção de Luís Montenegro criar uma lei de finanças do Sector Social: “Quería dizer, sr. primeiro-ministro, que é com muita satisfação que vemos que o seu governo quer criar uma lei de sustentabilidade ou de finanças da cooperação. A previsibilidade e a sustentabilidade são, de facto, fundamentais para sector.”

Com efeito, no discurso, Montenegro afirmou que é seu objetivo ter uma lei de finanças do Sector Social que permita previsibilidade de ação e classificou estas instituições como um pilar

da democracia e do Estado de Direito. “Durante anos refletimos como é que podíamos dar transparência, previsibilidade e sustentabilidade ao Sector Social para que não ficasse dependente todos os anos da vontade política dos governos em fazerem os acordos ou em fazerem as adendas. Queremos e vamos concretizar a adoção de uma lei de finanças do Sector Social”, declarou.

Segundo o primeiro-ministro, o objetivo é que “os critérios que estão definidos na lei sejam construídos numa base que garante uma comparticipação que cobre o serviço e que dê até autonomia para que as instituições possam gerir os seus recursos”.

“Achamos que essa relação fica mais saudável, até porque assim ocupamos o nosso tempo, quer nós no Governo, quer os senhores na direção das instituições, para fazermos outras coisas. Perdemos muito tempo sempre à volta das conversas e das negociações, para estarmos todos os anos, praticamente todos os meses, a fazer contas e a tomar decisões”, justificou. Luís Montenegro considerou o Sector Social “um parceiro imprescindível da organização da sociedade”, sendo um pilar do Estado Social.

Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024

O Programa do Governo prevê a criação de modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida.

Para o efeito, pretende-se definir um compromisso plurianual entre o Governo e as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário com verbas fixadas de modo transparente, previsível, dando segurança à tesouraria das instituições.

O mesmo Programa determina igualmente a preparação de uma Lei de Financiamento do Setor Social, a qual foi recentemente anunciada pelo Senhor Primeiro-Ministro, que visa estabelecer regras de comparticipação para facilitar os projetos que são desenvolvidos pelas instituições do setor social.

Neste âmbito, através do Despacho n.º 7321/2024, de 5 de julho, foi criado um grupo de trabalho para a definição de uma fórmula de financiamento para cada resposta social, que traduza, em função da respetiva estrutura de custos e da evolução das contribuições familiares, os critérios de apuramento dos montantes a transferir anualmente pelo Estado, tendo ficado determinado a apresentação deste estudo até ao final do mês de julho de 2024.

A determinação desta fórmula poderá ter impacto nos orçamentos de cada resposta social para 2025, uma vez que, o atual Compromisso de Cooperação do Setor Social e Solidário é referente ao biénio 2023-2024.

Contudo, o atual Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, celebrado em 7 de dezembro de 2023 entre o Governo, representado pelo Primeiro Ministro e as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário, representadas pelo Presidente da Confederação Nacional das Instituições de solidariedade (CNIS), pelo Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), pelo Presidente da União das Mutualidades Portuguesas (UM) e pelo Vice-Presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP) apresenta um desfazamento entre a comparticipação financeira que é paga pelo Estado e o custo que a prestação das respostas sociais representa para as instituições, carecendo de uma correção extraordinária urgente do valor da comparticipação financeira de algumas valências.

Nestes termos, é celebrado, entre o Governo e a CNIS, a UMP, a UM e a CONFECOOP, a presente Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024 (doravante “adenda”), que é objeto de aceitação pelas partes e que se rege pelas cláusulas seguintes:

“Cláusula I (...)”

Pela presente adenda, procede-se à alteração da Cláusula III, das Cláusulas Específicas – Área Estratégica 1. Segurança Social do



Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024 que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula III (...)”

1. (...)
 - a) (...)
 - b) (...)
2. Será atribuída uma comparticipação extraordinária para minimizar os efeitos da inflação, para fazer face a despesas extraordinárias de funcionamento e dificuldades de tesouraria, a distribuir pelas instituições que prestem as seguintes respostas sociais com acordo:
 - a) Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
 - b) Lar Residencial;
 - c) Centro de Dia;
 - d) Serviço de Apoio Domiciliário.
3. A comparticipação extraordinária referida no número anterior corresponde a um aumento de 3,5% da comparticipação financeira mensal destas respostas sociais, com efeitos retroativos a janeiro de 2024 e que será paga da seguinte forma:
 - a) No processamento do mês de outubro de 2024, além do pagamento da prestação referente ao referido mês, será pago o valor mensal referente ao período compreendido entre os meses de janeiro a setembro; e
 - b) No processamento dos meses

seguintes, serão pagas prestações mensais, iguais e sucessivas, correspondentes aos meses de novembro e dezembro.”

Cláusula II

As condições e procedimentos necessários ao pagamento da verba determinada na cláusula anterior serão agilizados pelo Instituto de Segurança Social, ouvidas as entidades representativas do setor social e solidário e concretiza-se através de uma percentagem de atualização da comparticipação financeira prevista no artigo 16.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho.

Cláusula III

1. A presente adenda entra em vigor na data da sua celebração e vigora até ao final da vigência do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024 que altera.

2. A adenda deve ser publicitada nos sítios eletrónicos institucionais das partes.

3. Em tudo o que a adenda não altera o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024, o protocolo original mantém-se em vigor.

4. Cada Ministério deve divulgar a presente adenda juntos dos respetivos serviços competentes, no sentido do cumprimento do conhecimento do clausulado e ao que nela vem fixado, com conhecimento às entidades representativas do setor social e solidário.

I ENCONTRO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS AÇORES

Seis dias de muita reflexão, debate e partilha de conhecimento e boas práticas

“A ideia de planear o I Encontro das IPSS dos Açores veio da necessidade detetada numa ação de formação para dirigentes das IPSS em 2023, em parceria com a Universidade Católica do Porto e com o apoio do Governo Regional dos Açores”, começou por dizer João Canedo, presidente da União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA), na abertura da jornada que, de 9 a 14 de setembro, reuniu especialistas e instituições na Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Ribeira Grande.

Sobre os objetivos da iniciativa, João Canedo considerou “que as IPSS têm de estar, cada vez mais, mais abertas e interligadas entre si para melhor apoiarem a nossa comunidade”, por isso, o grande propósito do Encontro é reunir as IPSS, promover a partilha de boas práticas e aproveitar a presença de diversos especialistas para aprofundar conhecimentos.

No Auditório do Ramo Grande, na Praia da Vitória, o vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, enalteceu a nova resposta social dos «Novos Idosos» e lembrou que “a solidariedade não tem cor política”. Por seu turno, a presidente da Câmara, Vânia Ferreira, considerou que “o apoio social deveria chamar-se investimento social” e sublinhou que “as IPSS são obreiras do tecido social”. Já o presidente da Associação de Municípios dos Açores, Alexandre Gaudêncio, referiu a importância da parceria entre as IPSS e os municípios, do enquadramento histórico e jurídico, das competências das autarquias na descentralização e na participação e interligação com as políticas sociais.

A presença das entidades públicas foi importante porque reconheceram o papel absolutamente imprescindível das instituições do sector social na ação social e na saúde.

Andreia Vasconcelos, diretora Regional da Solidariedade Social, referiu que a União Europeia não tem uma definição única de cuidador informal, mas representam a mesma preocupação. Depois, deu nota do regime jurídico de apoio ao cuidador informal da Região Autónoma dos Açores e revelou que “o número de cuidadores informais com o Estatuto está a aumentar”.

Num primeiro dia dedicado ao tema



«Comunidade Sénior e Idosos» ficaram patentes as boas práticas promovidas pelas IPSS, um profundo conhecimento técnico da realidade regional, local e de proximidade, o grande sentido de generosidade, competência e trabalho multidisciplinar, integrado, num



contexto de promoção das relações intergeracionais e na defesa da dignidade das pessoas à medida que envelhecem.

Maria João Quintela, membro da Direção da CNIS, a propósito da temática «Saúde e Envelhecimento», enunciou as principais problemáticas ligadas aos chamados “internamentos sociais” e alertou para a necessidade de se refletir sobre estas situações que “também afetam a saúde das pessoas, dos profissionais e das famílias e de outros prestadores de cuidados”, o que tem um “grande impacto na sustentabilidade dos serviços de saúde e das IPSS”, apontando as principais causas dos “internamentos desadequados”, nomeadamente “a falta de resposta na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)”, “a demora na admissão em ERPI” e “a tardia

integração em respostas de Saúde Mental”, tendo destacado as orientações da Estratégia Europeia para os Cuidados de Longa Duração e ainda o Plano Europeu de Combate ao Cancro, para além do Plano de Emergência da Saúde, do XXIV Governo Constitucional, que “tem aqui um papel fundamental, nomeadamente no apoio médico dos doentes em lares, na hospitalização domiciliária, na prevenção da doença e na promoção da saúde.

Por outro lado, a especialista em gerontologia referiu que os estudos que a CNIS tem desenvolvido no diagnóstico de saúde das IPSS e o contributo para a coesão social, territorial e saúde coletiva, bem como a necessidade da deslocação das equipas às respostas residenciais do Sector Social e Solidário e a articulação dos cuidados de saúde com os cuidados de apoio social “demonstraram que as boas práticas nos Açores superam as que, nestas áreas, ainda falham no Continente”.

«A importância dos cuidados paliativos», com a sua abordagem multidisciplinar na qualidade de vida dos doentes com cancro, foi





a temática abordada por Mara Arruda, que se centrou na importância do controlo dos sintomas, da intervenção de diferentes profissionais, realçando a vertente da formação dos prestadores de cuidados nas IPSS e de terem equipas de cuidados na comunidade.

Já na temática dos cuidados com os trabalhadores das IPSS, Maria João Quintela foi realçado um dos principais constrangimentos nas ERPI que radica na dificuldade atual de recrutamento de trabalhadores de apoio, designadamente ajudantes de ação direta, por duas principais razões: remunerações baixas e penosidade do trabalho (em regra prestado em regime de turnos rotativos, incluindo noites).

Cuidar de quem cuida, “implica reflexões e ajustamentos no quadro do estatuto do cuidador informal e nos cuidados aos trabalhadores das IPSS, prevenindo as situações de burnout e outras decorrentes da escassez e da rotatividade de recursos humanos, da desvalorização ainda existente dos cuidados prestados nas instituições e dos baixos salários”.

Por seu turno, o vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, elaborou sobre alguns aspetos e preocupações da sustentabilidade das IPSS, referindo, igualmente, aqueles que são os pilares da Cooperação, nomeadamente o Estado, as Autarquias e as IPSS.

Os apoios disponíveis às IPSS e a importân-



cia do registo no cuidado à pessoa idosa e a proteção de dados e cibersegurança foram objetivados, respetivamente, por Paulo Correia, do Banco Santander, nomeadamente com os protocolos que estabelece com as IPSS, e por Cândia Oliveira, da F3M, com a linha «Health» e a chamada de atenção para a importância da implementação do RCPD.

O dia 2 do Encontro (10 de setembro) iniciou-se com a intervenção sobre «Dinâmicas sociais de envelhecimento», pelo presidente da Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira, que referiu nomeadamente a defesa da perspetiva intergeracional, da dignidade, participação, autonomia, autorrealização,

cuidados, transformação das respostas sociais, dignidade humana, com base na comunidade, relacionamento colaborativo, rentabilização da capacidade instalada, bem como a aplicação das estratégias de operacionalização e dos paradoxos nomeadamente de discriminação pela idade, para reflexão. Sobre o a discriminação pela idade, Durval Santos referiu o combate aos estereótipos no enquadramento do projeto «Idadismo – sem preconceitos» e de como criar uma mudança.

A Cooperação foi abordada, primeiro, por Patrícia Monteiro, do Departamento Técnico da CNIS, versou sobre o modelo de cooperação através das respostas sociais típicas e ati-



picas, a celebração de acordos de cooperação e, na saúde, dos contratos programa e sublinhou ainda os aspetos mais relevantes no âmbito das ERPI, do Centro de Dia e do SAD nos contornos da cooperação, nomeadamente nos desajustamentos nas participações e nos constrangimentos para a implementação dos sistemas de pagamento da Segurança Social.

O Instituto da Segurança Social dos Açores, pela sua presidente Paula Ramos, apresentou o modelo de cooperação na Região e caracterizou as respostas sociais e os enquadramentos legais. Enunciou ainda a importância do programa «Novos Idosos» e, igualmente, do voluntariado.

Por seu lado, o presidente da URIPSSA realçou as diferenças entre os acordos nos Açores e no Continente, apontando pontos fortes e fracos tanto nuns como noutros. Referiu-se, em seguida, às respostas e melhorias nas carreiras profissionais, que foram melhorando nos últimos anos nas IPSS da Região.

A psicóloga Sofia Fino abordou o projeto «Novos Idosos» no Lar D. Pedro V, que permite aos idosos continuarem a envelhecer nas suas casas sendo beneficiários do complemento por dependência do grau I ou II e que vivam sozinhos.

A fechar o segundo dia e as temáticas da terceira idade, foram apresentadas as boas práticas da Casa de Repouso de João Inácio



Sousa, em S. Jorge, e ainda do Lar Luís Soares Sousa, da Ilha de S. Miguel, que deu a conhecer o projeto «Novos Idosos» que desenvolvem.

DEFICIÊNCIA

E ao terceiro dia, mudança de temática e de cidade. Em Angra do Heroísmo abordou-se o tema das «Pessoas Portadoras de Deficiência», com Fátima Homem, secretária da URIPSSA, a fazer a introdução, numa sessão que contou ainda com a vice-presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Fátima Amorim, e da secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, que anunciou “a reformulação do Mercado Social de Emprego, que regula a intervenção e a ação governativa em matéria de inclusão laboral”, o qual já se encontra em fase bastante avançada, sendo ainda este ano aprovado em Conselho de Governo.

Este novo quadro normativo irá ser posto à consideração das IPSS, devendo imprimir e fomentar respostas mais flexíveis e ajustadas que potenciem a inclusão laboral das pessoas com deficiência.

Por seu turno, Fátima Amorim deixou o seu compromisso no sucesso da inclusão e bem-estar das pessoas com deficiência numa cooperação efetiva entre a autarquia e as IPSS, cooperação essa que se compromete continuar a potenciar.



Numa primeira mesa sobre «Inclusão Laboral das Pessoas com Deficiência», Helena Albuquerque, presidente da Humanitas, começou por fazer um enquadramento histórico do tema, sublinhando o artigo 27 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde o seu direito ao trabalho é referido no respeito completo pelas suas liberdades fundamentais. Entre teoria e prática, partilharam-se histórias de sucesso, discutiram-se formas de inclusão, analisaram-se aspetos que possibilitem a existência de empresas onde a diversidade pode tornar-se um bem maior de produção.

A «Gestão do Bem-Estar dos Trabalhadores



do Sector Social» foi abordado por Romeu Couto, da UPmind Academy, tendo analisado as principais competências necessárias para o bom desempenho emocional e mental, como capital psicológico positivo, pela resolução e proatividade, humildade e ética, empatia e comunicação, cooperação e colaboração e relações eficazes.

Depois, apresentou os nove pilares do bem-estar organizacional: reconhecimento; empatia; flexibilidade; comunicação; exemplo; grupo; remuneração; e propósito.

“Líderes e colegas empáticos e otimistas criam confiança, colaboração e felicidade”, sustentou.

Boas práticas foram apresentadas da parte da tarde, começando-se pelo tema do «Maior Acompanhado», nas Irmãs Hospitaleiras de Angra do Heroísmo, apresentado por Miguel Capote, que relatou ser o apoio à população nas áreas do défice cognitivo, autismo, toxicod dependência e perturbações psicóticas.

Seguiu-se a apresentação da ACM - Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira e das suas boas práticas institucionais, com



Ingrid Bettencourt e Michele Rey a descreverem as valências da instituição, destacando-se a missão de “apoiar todas as pessoas que se encontram em situação de carência de qualquer natureza”.

A Casa do Povo da Maia, Ilha de S. Miguel, apresentou o trabalho que desenvolve nas 14 valências que promove, desde a Creche ao Centro de Dia para idosos, sem esquecer as ações formativas para diferentes grupos profissionais, os projetos de economia social circular, como, por exemplo, o Projeto Maia - Terra do Chá e os Planos Estratégicos em Sustentabilidade e Turismo.

O psiquiatra Nuno Lobo Antunes iniciou os trabalhos do segundo dia dedicado à área da deficiência, falando sobre «Autismo e Sociedade». Começou por definir autismo, como uma dificuldade de interação social que se traduz no isolamento, mas também, por vezes, num excesso de conexão com os outros. Sendo um espectro alargado, existem muitos níveis de autismo, que são diagnosticados conforma o nível de



apoio que as pessoas necessitem.

O último painel da manhã incidiu sobre a Cooperação, começando Eleutério Alves por recordar, de uma forma geral, que “nos Açores a Cooperação é amiga das IPSS ao contrário do Continente”. As IPSS são autónomas e independentes do Estado e não devem ter os seus direitos limitados e a sua atuação restringida. Quanto à Sustentabilidade, acrescentou que a diferença entre o Continente e os Açores é notória, sendo, no arquipélago a contribuição do Estado justa, contribuindo para a boa sustentabilidade das IPSS.

Fátima Homem começou por apresentar uma breve descrição do desenvolvimento do Sector Social Solidário nos Açores nos últimos anos, tendo um impacto cada vez maior na inclusão nas comunidades das pessoas com vulnerabilidades e na dinamização das economias locais. Por outro lado, hoje em dia, o Estado é mais parceiro do que tutela. As parcerias representam um papel essencial e não se pode trabalhar isoladamente, concluindo que para “evoluir é preciso cooperar”.

Boas práticas foram partilhadas pela Santa Casa da Misericórdia da Horta, que apresentou a sua valência de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), instalações



e projetos, tais como o grupo folclórico e o seu sector de transportes. A Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) trouxe à consideração dos presentes as suas cinco valências de apoio, destacando as ações de sensibilização Educar para Diferença, realizadas nas escolas para consciencialização da comunidade escolar. Por fim, a Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel (APCSM), que apoia pessoas com paralisia cerebral, as suas famílias e as entidades que contribuem para a sua reabilitação, destacando o serviço de transporte adaptado e o CAARPD.

CRIANÇAS E JOVENS

E ao quinto dia nova mudança de ares. O I

Encontro das IPSS dos Açores voou até à Ilha de S. Miguel e prosseguiu os trabalhos no teatro Municipal da Ribeira Grande.

Aí, o presidente da URIPSSA considerou que os dias já decorridos mostraram que o objetivo das jornadas estava, de alguma forma, conseguido, “uma vez que se está a dar a visibilidade tão necessária ao trabalho das instituições”, que na Ribeira Grande incidiram nas questões das «Crianças e Jovens em Perigo».

Com os trabalhos a entrarem na reta final, João Canedo sublinhou que outras temáticas, não incluídas neste I Encontro, “serão também objeto de futuras conversações entre a URIPSSA, o Governo Regional e as Autarquias”.

Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, lembrou que o concelho que dirige é “o mais jovem do país” e que as questões inerentes às problemáticas da infância e juventude são particularmente importantes e a sua reflexão é bem-vindas à autarquia. O edil revelou ainda que é sua intenção “protocolar o alargamento



do ATL de forma a criar mais emprego (40 funcionários) e a aposta de 450 mil euros nessa rede para diminuição das listas de espera.

Joana Cerdeira apresentou o tema «Adversidade e trauma em crianças e jovens acolhidos: o que funciona?», começando por dizer que a criança em acolhimento residencial é o “centro de um conjunto de decisões e inquietações que se colocam em várias dimensões, designadamente recursos humanos, sistema de proteção, edificado e em outros meios logísticos”, no que se refere à família de origem, à comunidade e à própria cultura e liderança da Casa de Acolhimento. No âmbito das características e necessidades das crianças, refletiu-se as relações de cuidado saudável, a consistência, o afeto, os estímulos positivos dessas relações, enfatizando-se as memórias positivas. Até porque a adversidade e as experiências passadas são sentidas como ameaças à segurança.

A especialista lembrou que a intervenção com adolescentes em acolhimento residencial difere significativamente da intervenção em





outras faixas etárias nas questões da identidade e autonomia, nos desafios relacionados com a família, no histórico de trauma e adversidade, no desenvolvimento social e na participação ativa.

A seguir, Vasco Oliveira propôs para reflexão a «Arquitetura emocional e fundamentos de uma intervenção reparadora», dando nota de que os danos das experiências de vida de negligência e maus tratos causam feridas de grande dimensão que necessitam de uma casa com determinada arquitetura humana, que está ligada a outras casas, como a Segurança Social, Tribunais, CPCJ, etc. Apesar de o acolhimento ser provisório, o que se pretende fazer tem efeitos permanentes, o que implica uma estrutura com alicerces sólidos. E se para os adultos a Casa de Acolhimento é um local de trabalho, para as crianças é a sua casa. Por isso, mais do que monitorizar é importante estar emocionalmente disponível e interagir.

Na parte final do dia, Ema Evangelista apresentou um programa de intervenção terapêutica em grupo destinado a crianças e jovens em risco com dificuldades de comportamento, denominado «Wave by Wave» que tem posto em prática na Mãe de Deus, IPSS de Ponta Delgada. O mar e o surf são o mote para esta intervenção que tem como principais objetivos: a segurança física e emocional; respeito por si e pelo outro; cultura do diálogo; escuta empática



ca e ativa; não violência e não à discriminação; ensino pelo exemplo; divertimento e alegria; e liberdade e fraternidade. O modelo de intervenção praticado no programa Wave by Wave foi bem sintetizado no acrónimo MAR (Modelo de Ação e Reflexão).

No sexto e derradeiro dia do I Encontro das IPSS dos Açores, Carina Gonçalves, sobre «Conhecer o bebé/criança e apoiar a família/educadores de infância», começou por referir que “para conhecer um bebé é preciso voltar ao útero”. O habitat natural do bebé é no colo do pai e da mãe, a chamada “almofada humana”.

“A presença/apego dos pais/educadores é o

fator essencial para um desenvolvimento saudável das crianças”, referiu, alertando para que haja uma integração lenta na creche, porque “cada bebé tem o seu tempo”.

Já Joana Costa refletiu sobre a «Gestão de recursos internos no trabalho com crianças», sublinhando que “nós somos máquinas de sentir que pensamos”, sugerindo, de seguida, um exercício em cinco passos para se estar ao serviço bem-disposto. Carmen Pereira abordou a «Importância do mindfulness na criança» e no seu processo de desenvolvimento. Os pensamentos não devem controlar a ação, sendo a noção de mindfulness coerente com esta ideia. A prática do mindfulness implica sete atitudes básicas: aceitação (resistências; momento pre-



sente); desapego (preocupações, expectativas e/ou sofrimentos); confiança (em si e nos seus sentimentos); distenção (não mudar a experiência); não julgamento; curiosidade (respeito, como se fosse a primeira vez); amor e compaixão (observadores).

«A gestão do bem-estar dos trabalhadores no sector social», por Romeu Couto, recuperou a temática já abordada na Praia da Vitória.

Nascemos todos para ser felizes, mas com diferentes circunstâncias e vivências, por isso a felicidade, o bem-estar e uma liderança humanizada são uma necessidade nas instituições. Depois apresentou a UPmind Academy, da qual nasceram a Clínica UPmind e a UPmind Corporate, revelando que já há IPSS clientes desta última.

O diretor-técnico da Olhar Poente, Sérgio Nascimento, levou até à Ribeira Grande as boas práticas da instituição da Praia da Vitória, lembrando que é necessário criar capacidades e estruturas às pessoas para melhor agirem e deve fazer-se valer a importância de cada um no cuidado com as crianças.

O modelo da Olhar Poente: Conselho de Pais; Conselho Consultivo e Pedagógico, que congrega todas as organizações que concorrem para o desenvolvimento e bem-estar das crianças; relações de proximidade com as famílias para trabalhar a confiança; intervenção precoce; voluntariado.

Na sessão de encerramento do I Encontro de IPSS dos Açores, o presidente da CNIS



sublinhou a importância das IPSS, que “dão resposta a todo o tipo de necessidades”, lembrando que “entre trabalhadores, utentes e dirigentes, não há família que não seja tocada pelas IPSS”.

“Solidariedade, caridade e voluntariado são os princípios que norteiam as IPSS” e, por isso, “são uns privilegiados aqueles que são tratados nas IPSS, com afeto e qualidade”, defendeu o padre Lino Maia, realçando: “É extremamente importante ter trabalhadores que, mesmo mal pagos, vestem a camisola e que fazem da sorte dos utentes a sua própria sorte. E os dirigentes que fazem maravilhas”.

Coube a Paula Ramos, presidente do ISSA, representar o presidente do Governo Regional dos Açores, que começou por congratular a URIPSSA pela iniciativa, “que permitiu que as instituições partilhassem boas práticas”, sinalizando “a significativa importância indireta da rede de instituições e de respostas sociais regional no dinamismo económico das zonas geográficas onde se encontra implantada”.

Destacando que “o sector solidário regional é, também, um dos maiores polos de atratividade para recursos humanos com habilitação superior”, Paula Ramos lembrou que “a Região, sempre em parceria com as instituições, desenvolveu um sistema que lhe é próprio e comparativamente único com os demais modelos em aplicação no país” e que “assenta, desde os seus



primórdios, numa clara aposta no sector privado sem fins lucrativos como promotor privilegiado das respostas sociais comunitárias tidas por necessárias” e, “ao contrário da realidade nacional, sempre assentou na garantia de uma sustentabilidade financeira”, fruto de uma participação baseada nas capacidades contratadas fixas e não nas frequências registadas mensalmente.

No final a satisfação era geral, porque os grandes objetivos do Encontro foram alcançados, em especial o encontro e partilha entre IPSS e a substâncias de diversas palestras muito interessantes.

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Para dar mais dignidade à terceira idade

O Governo aprovou o Estatuto da Pessoa Idosa, um documento que pretende estabelecer um quadro de ação presente e futura, sistematizar direitos dispersos por várias áreas e que quer também promover o envelhecimento ativo desta população.

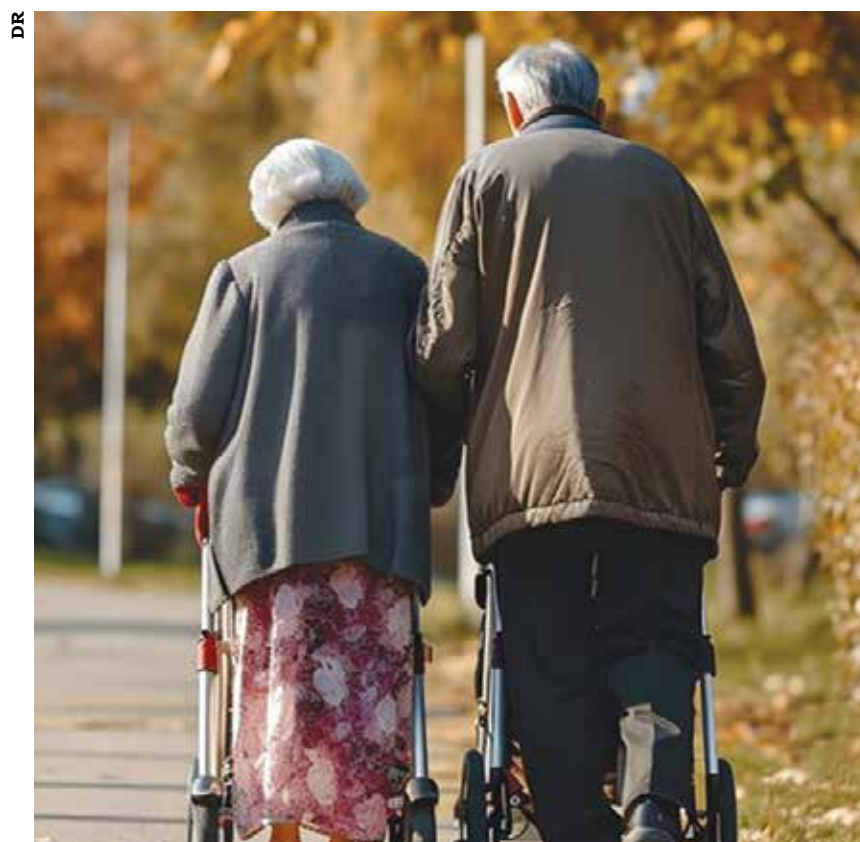
A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, afirmou que o estatuto aprovado decorre da necessidade de “sistematizar para dar dignidade à população idosa” os vários direitos dispersos por várias áreas, vincando os vários eixos do documento, como o dos direitos fundamentais, onde se inclui a prevenção da violência e acesso a cuidados de saúde especiais.

Pretende-se aumentar o acesso a cuidados médicos e de enfermagem domiciliários, “deixando a institucionalização como último recurso”, facilitar o acesso a medicamentos

e outros cuidados de saúde para pessoas em situação de carência económica -- tendo a ministra recordado o diploma já aprovado que promove a gratuitidade de medicamentos a beneficiários do complemento solidário para idosos -- e medidas de promoção de mobilidade, como condições especiais nos transportes públicos, e de acessibilidade, recordando medidas em curso no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

O estatuto prevê ainda acesso a “habitação digna e adequada” e “reforço de garantia da não-discriminação de arrendatários idosos”.

No âmbito do envelhecimento ativo, o documento pretende promover o voluntariado sénior “em ações de interesse social e comunitário”, acesso à educação, condições favoráveis para turismo e participação em atividades culturais com preços reduzidos.



APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.

- ✓ VISIBILIDADE
- ✓ ACESSIBILIDADE
- ✓ CREDIBILIDADE
- ✓ PROFISSIONALISMO
- ✓ EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

INSTITUIÇÕES MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

Conheça a **OFERTA 360°** da F3M para o setor social!

<ul style="list-style-type: none"> SOFTWARE CONSULTORIA FORMAÇÃO CERTIFICADA 	<ul style="list-style-type: none"> TELECOMUNICAÇÕES INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA CIBERSEGURANÇA
--	---

www.f3m.pt

Saiba como
RESGATAR O FUNDO
DE COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO.
Fale connosco.

XVII FESTA DA SOLIDARIEDADE – BRAGANÇA 2024

Música, dança e muita alegria para gritar que a solidariedade não pode morrer

Por entre montes e vales, numa paisagem pintada de verde, onde sobressaem as oliveiras e os castanheiros, e sob um céu, por vezes, carregado de negras e densas nuvens ou debaixo de um sol intenso e brilhante, a Chama da Solidariedade percorreu os 12 concelhos do distrito de Bragança. Foi uma jornada intensa, com o símbolo da solidariedade social protagonizada pelas IPSS a ser recebido sempre com grande entusiasmo, registando-se em todas as sedes de concelho uma enorme participação das instituições sociais locais, mas também da população em geral.

Em Bragança, na praça que antigamente era o talho municipal, no quinto e derradeiro dia, aconteceu a XVII Festa da Solidariedade, iniciativa da CNIS, que este ano concretizou em parceria com a União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB).

Inúmeros grupos de IPSS de todo o distrito animaram a vasta plateia que, desde as 10h00, assistiu aos muitos espetáculos que decorreram até às 17h00, na última sexta-feira de setembro (dia 27).

No momento institucional, para além das palavras bonitas sobre mais uma iniciativa e os justos agradecimentos a quem concretizou mais uma edição da Chama e da Festa, os intervenientes deixaram também algumas palavras de alerta.

“A solidariedade não pode morrer e temos de gritar bem alto às autoridades deste país que é preciso que compreendam este sector, para que haja menos gente pobre e mais gente feliz”, afirmou o presidente da CNIS, lembrando que, “em muitas aldeias, o único serviço que as pessoas têm é o das IPSS e é aí que se sente mais a solidariedade”. Depois, o padre Lino Maia recordou que “750 mil pessoas sentem-se mais incluídas e têm mais atividade, porque são apoiadas por mais de cinco mil IPSS”, 3.110 das quais são associadas da CNIS. “Para além deste número, há pelo menos 50 mil dirigentes que servem com o gosto de ver sorrir as pessoas que servem e não pelo interesse financeiro. E há ainda 350 mil trabalhadores, que ganham pouco, mas que, mesmo assim, se dedicam com coração”, defendeu o presidente da CNIS, realçando que “o que move toda esta gente é ver sorrir as pessoas e fazer com que tenham mais esperança”.

“A Chama andou por todo o distrito não para convocar as pessoas, por que aqui estão mais do que sensibilizadas, mas para que a solidariedade não seja infestada por ervas daninhas. Só temos uma sociedade mais humana quando se fizer um caminho mais humanizante”, asseverou o padre Lino Maia, rematando: “Há locais onde parece que há mais silvas do que flores”. Antes, Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, já deixara alguns alertas para que mais flores possam surgir em vez de silvas. “Trazer este evento a Bragança é também um ato de solidariedade para com o distrito, uma forma de mostrarmos como o trabalho do sector social é mais difícil nestes concelhos, mais honroso, às



vezes quase desesperante, porque não temos recursos para dar à nossa gente o cuidado que merece e precisa”, afirmou, acrescentando: “A dignidade do ser humano é igual aqui ou em qualquer outra parte do país, as necessidades dos doentes, das crianças, dos idosos são iguais, a resposta que lhes damos é que é diferente. E não é porque quem trabalha na área social não queira fazer mais, dar sempre o melhor, é porque quem trabalha nestas áreas se vê, muitas vezes, impotente para dar respostas, porque elas não existem no nosso distrito”.

A líder da União lembrou, depois, “os custos de funcionamento que são superiores e as distâncias e os custos com combustíveis, as distâncias para recorrer a unidades hospitalares, para fazer tratamentos e tantos outros fatores”, deixando um apelo: “A solidariedade que hoje reclamamos, não da nossa gente, mas das entidades que nos governam, é que olhem para nós com justiça, com dignidade e respeito”. Antes, Paula Pimentel já agradecera a todos os envolvidos no percurso da Chama pelo distrito e na concretização da Festa em Bragança e resumiu o que foi essa viagem pelos 12 concelhos brigantinos: “A Chama da Solidariedade pretende promover a reflexão sobre o comportamento individual e coletivo da nossa sociedade, alertar e consciencializar a população e as entidades para a necessidade de cuidar dos mais vulneráveis, mas nesta caminhada o que nós vimos, o que nós sentimos, é que essa consciência está bem desperta, diria mais, está enraizada

na forma de ser e de estar da nossa gente”. Por seu turno, D. Nuno Almeida, bispo de Bragança-Miranda, deixou “uma palavra de gratidão às IPSS” e lembrou os presentes que “não é a política que divide a sociedade, nem o futebol, a fronteira que divide a sociedade está entre quem é solidário e quem não é, entre a gente que encontra sempre tempo para dar algo e os que nunca encontram tempo ou dinheiro para ajudar o outro”. Já a vice-presidente da Câmara Municipal de Bragança sublinhou que a “Festa visa celebrar festivamente o ideal do serviço solidário aos que mais precisam, desenvolvido diariamente pelas IPSS e organizações do tecido social do território”, “uma Festa símbolo na diversidade, polo aglutinador de projetos, de sonhos, de olhares e de alegrias partilhadas porque alimentadas na esperança de um mundo mais solidário, equitativo e inclusivo”.

Fernanda Silva terminou “com o compromisso de continuar a valorizar o papel e função de cada instituição, segundo uma visão integrada e num contexto de um plano estratégico participativo e colaborativo”.

Findo o momento institucional, a Festa prosseguiu com as atuações de grupos de seniores, pessoas com deficiência e crianças que animaram as hostes com as suas músicas, danças e poesia, entre outros.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

XVII FESTA DA SOLIDARIEDADE – BRAGANÇA 2024

Chama levou espírito solidário das I

A viagem da Chama da Solidariedade 2024 por todos os concelhos do distrito brigantino e que culminou com a XVII Festa da Solidariedade na cidade de Bragança, no dia 27, arrancou no dia 23 de setembro.

Mirandela, Vinhais e Macedo de Cavaleiros foram os três primeiros concelhos visitados pela tocha solidária na jornada de 2024, com o arranque a contar com a presença do presidente da CNIS, Lino Maia, que entregou a Chama à presidente da União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB), Paula Pimentel, numa cerimónia que decorreu no Santuário de Nossa Senhora do Amparo, na chamada «Princesa do Tua».



“Há quem pense nas pessoas para ganhar dinheiro, mas há quem o faça pelo bem-estar dos outros”, afirmou o presidente da CNIS, sublinhando: “A solidariedade é fazer da sorte do outro a nossa sorte, sem esperar mais do que ver as pessoas sorrir”. Por seu turno, a anfitriã Júlia Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Mirandela, depois de receber a Chama das mãos de Paula Pimentel, lembrou que “a Chama é a luz, a fé e a solidariedade” e sublinhou “o trabalho incedível das IPSS junto da população”, proferindo um desejo: “Que a Chama continue no caminho certo e que todos façamos parte desse caminho”. Do Santuário, a Chama seguiu em percurso apeado, acompanhado por muitas pessoas, atravessando a ponte romana sobre o rio Tua que liga as duas margens da cidade até à Praça do Município, onde



uma vasta plateia de crianças e idosos esperava a tocha solidária. Ai, diversos grupos de diversas instituições do concelho interpretaram os seus números de canto, dança ou música, num momento de incentivo para uma semana de viagem pelo distrito.

Já em Vinhais, depois de uma passagem pelos Paços do Concelho, a Chama rumou ao Agrupamento de Escolas D. Afonso III. Momento musical pelos alunos num palco ainda decorado com uma exposição sobre os 50 anos do 25 de Abril. O presidente da CNIS pegou precisamente nisso para dizer que a decoração 25 de Abril deixou-o “muito feliz”, porque

“foi com o 25 de Abril que a sociedade decidiu tomar mais iniciativa e, assim, criar muitas IPSS”. “Vamos continuar a servir os que precisam a viver com mais alegria e mais esperança”, afirmou o padre Lino Maia, acrescentando: “Disse-me há pouco o presidente da Câmara que Vinhais é uma terra de solidariedade e, por isso, acredito que vai continuar a apoiar as instituições”.

Já o edil Luís Fernandes lembrou que “as IPSS são a casa de tanta gente e que bem que as instituições fazem às pessoas que acolhem”. Para o autarca, “quem está nas Câmaras Municipais, nas Juntas de Freguesia e nas IPSS o que tem de fazer é trabalhar pelas pessoas”.

“As distâncias que temos de percorrer para chegar aos serviços não são fáceis”, disse a presidente da UIPSSDB, destacando: “A Chama que hoje aqui trazemos também simboliza esse olhar que é preciso ter com a comunidade”. De Vinhais, a tocha da solidariedade seguiu para Macedo de Cavaleiros, onde foi acolhida nos Paços do Concelho. Nota para a presença do ex-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, Castanheira Pinto, um verdadeiro símbolo vivo da solidariedade social. Para Benjamim Rodrigues, presidente da autarquia, “solidariedade é uma palavra muito forte, carregada de significado e Macedo é um concelho solidário e isso vê-se pelas IPSS que aqui existem”.

Dali a Chama foi até à Albufeira do Azibo, pas-



sando, entretanto, por Podence, onde foi recebida por alguns tradicionais Caretos.

O segundo dia levou a Chama da Solidariedade iniciou-se entre o Douro e o Tua... em Carrazeda de Ansiães. A chuva apareceu, ainda que leve, e a receção à Chama aconteceu num espaço fechado e onde estavam muitos idosos e crianças de várias IPSS do concelho.

“Trazer a Chama a este concelho é homenagear todos aqueles que no seu dia a dia se preocupam com a fragilidade, a dificuldade o bem-estar dos outros”, disse Paula Pimentel, depois de entregar a Chama à vice-presidente da autarquia, Adalgisa Barata.

“Juntos somos mais fortes”, pugnou a vice-presidente da Câmara, lembrando que “a solidariedade é um valor fundamental para criar um mundo mais inclusivo”. “As Câmaras Municipais são as grandes parceiras das IPSS e as IPSS são as grandes parceiras das autarquias para continuarmos a ajudar quem mais precisa”, defendeu o vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, deixando um desafio: “Estamos

perante uma plateia preenchida de jovens e é preciso falar nas escolas da solidariedade e do voluntariado, porque são eles os cuidadores do futuro, seja na família, seja como profissionais. Só assim teremos um futuro mais solidário”.

De Carrazeda de Ansiães o facho solidário rumou a Vila Flor, por entre montes e vales, curvas e contracurvas, sob um céu nublado e



num sobe desce transmontano, entre nevoeiro e um céu cinzento.

O Centro Cultural de Vila Flor acolheu a comitiva da CNIS e da UIPSSDB que levou a Chama da Solidariedade até à «Póvoa Além Sabor». “A solidariedade é essencial”, sustentou Ana Sofia Ramos, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, que afirmou ter “a esperança que a Chama faça com que as pessoas se unam mais em prol dos outros”. Por seu turno, Paula Pimentel frisou que “a Chama traz alegria, reconhecimento, gratificação e também a necessidade de reflexão constante”, enquanto o vice-presidente da CNIS lembrou que é fundamental sensibilizar, desde já, os mais jovens para o bem maior que é a solidariedade, tal como o valor do voluntariado.

Por entre uma paisagem pintada por oliveiras, que pontuam de verde vastos e geometricamente recortados olivais, a tocha solidária prosseguiu o seu périplo até Torre de Moncorvo.

“Onde o ferro é a alma da terra”, a tocha da solidariedade percorreu diversas artérias do casco urbano até chegar ao Largo Dr. Campos Monteiro, onde foi recebida com música.

A presidente da União entregou a Chama à vice-presidente da autarquia moncorvense, Catarina Dias, e disse: “Esta caminhada da Chama, por todo o distrito de Bragança, é uma homenagem a todos aqueles que diariamente praticam o bem comum”.

“O município de Torre de Moncorvo junta-se com enorme prazer a uma iniciativa que tem como objetivo a promoção e a divulgação dos valores da solidariedade”, referiu a «vice» da autarquia, sublinhando que “a Chama da Solidariedade representa uma homenagem ao trabalho desenvolvido pelo Sector Social”.

“A solidariedade será sempre a chama viva que incendeia a tocha que inflama o coração do mundo”, rematou.

Ao terceiro dia (25), a Chama da Solidariedade retomou o seu périplo em Lagoaça, concelho de Freixo de Espada à Cinta, com uma visita ao Centro Paroquial e Social local. Na longa viagem do fogo solidário pelo distrito brigantino, esta foi a única visita a uma IPSS, onde os principais testemunhos foram

IPSS pelos 12 concelhos brigantinos

dados por dois dos utentes e ainda duas filhas de outras duas utentes.

“Não estamos num lar, estamos numa casa de acolhimento e somos muito bem tratados”, sustentou Benjamim Silva, de 93 anos, ao que Alzira Teixeira, 92 anos, acrescentou: “Não estou num Centro, estou na minha casa e sou muito feliz aqui. Faço o que quero e posso e estou muito bem”.

De Lagoaça, a comitiva da CNIS/UIPSSDB rumou a Alfândega da Fé, onde houve uma primeira receção à Chama nos Paços do Concelho. Já na Escola Básica e Secundária do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, perante uma plateia lotada, o edil Eduardo Tavares lembrou que “a Chama simboliza a união e o trabalho em rede”. Por seu turno, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, considerou importante “investir na educação destes jovens para a solidariedade”, acrescentando: “Temos de olhar para o lado e ver quem anda ao nosso lado e se precisa de alguma coisa”. Paula Pimentel defendeu que “ser solidário é partilhar, cuidar, respeitar, valorizar, é ter empatia pelos outros e consciência de que pequenos gestos, pequenas atitudes fazem a diferença”. Seguiu-se Mogadouro, com a tocha solidária a ser recebida na Casa da Cultura local. Para o presidente da autarquia, António Pimentel, “as IPSS



não são apenas prestadoras de serviços, dão um cuidado contínuo” e “a Festa da Solidariedade vem lembrar-nos da necessidade de partilha”. “Quero dizer-vos que Mogadouro, as suas instituições e as pessoas que aqui vivem são um exemplo do que é ser solidário. Sabemos a importância da dignidade e do respeito e olhamos para os que precisam com compaixão e com carinho”, sustentou Paula Pimentel.

Seguiram-se algumas atuações musicais por grupos de instituições de Mogadouro e ainda uma representação da vindima, que uniu utentes e trabalhadoras de quatro IPSS do concelho, num verdadeiro trabalho em rede.

Com a viagem a aproximar-se do final, ao cabo de quatro dias a levar o espírito solidário por todos os concelhos do distrito de Bragança, a Chama da Solidariedade chegou à capital brigantina, onde foi recebida com grande entusiasmo pelas instituições sociais e pelas diversas entidades públicas do concelho, mas também por diversos representantes de outras Uniãoes Distritais.

Ao final da tarde, a tocha solidária juntou-se às várias representações das IPSS do concelho na Rotunda dos Caretos, seguindo por diversas

artérias da cidade e recolhendo os representantes da Câmara Municipal, da Segurança Social, dos Bombeiros, da GNR e da PSP para, em caravana, espalharem o espírito da solidariedade pela cidade.

Já na Catedral de Bragança, a Chama da Solidariedade foi entregue à autarquia, passou pelas mãos dos representantes de todas as IPSS do concelho e foi colocada junto ao altar pelo Bispo de Bragança-Miranda. D. Nuno Almeida revelou que nas visitas que tem feito a todas as comunidades da diocese, desde que a assumiu, tem visto “a crescer o reconhecimento e gratidão para com as instituições e pelo que elas fazem”. Antes, já o presidente da CNIS defendera que “Portugal é, no mundo, onde mais se vive a solidariedade” devido às IPSS.

“Nós sentimos que a sorte dos outros é a nossa sorte e isto é muito cristão, mas muito português também”, sustentou o padre Lino Maia, lembrando que “a sociedade deve muito aos trabalhadores pelo bem que fazem nas instituições”.

A encerrar a cerimónia de receção da Chama em Bragança, o edil Paulo Xavier sublinhou a “honra e emoção” em receber “o símbolo da união, altruísmo e fraternidade”, destacando que “a Chama é uma mensagem daquilo que devemos fazer todos os dias, ou seja, o bem”.

Há noite houve mesmo um cheirinho de festa, com uma cerimónia no Teatro Municipal de Bragança dedicada aos trabalhadores das IPSS, que terminou em ambiente festivo com um concerto da banda transmontana Galadum Galundaina.

No momento institucional, o padre Lino Maia começou por se referir aos dirigentes, dizendo: “A senhora secretária de Estado noutro dia dizia-me que as pessoas não imaginam o que seria deste país se as instituições fechassem. E eu digo mesmo que não encerram porque há dirigentes voluntários dedicadíssimos e fabulosos. Às vezes apetecia fechar, alguns dizem mesmo que precisamos de fazer uma greve ou coisa do género, mas são apenas gritos que vêm de dentro, não definem sentimentos. Os nossos dirigentes, com poucos recursos, mas com muito entusiasmo, fazem com que muitas pessoas vivam com esperança e mais perspectiva de futuro”.

Depois, dirigindo-se aos trabalhadores, a quem



a noite foi dedicada, o líder da CNIS lembrou que “as instituições têm muitos trabalhadores e todos vestem a camisola da solidariedade”. “Normalmente, a remuneração não é a merecida, mas ainda assim vestem a camisola da solidariedade. Muita gente neste país e neste distrito vive com mais alegria e com mais esperança, porque vós trabalhadores fazem o vosso trabalho com coração, olham para as

pessoas com amor, com simpatia, com sorrisos e com abraços. Todas as homenagens são poucas e, a vós trabalhadores, digo-vos um obrigado muito sincero”.

Por seu turno, a secretária de Estado da Ação



Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, começou, igualmente, por fazer um apelo: “Estava a olhar para a Chama quando aqui entrou e pensei que no final da Festa este símbolo será apagado, mas espero que esta Chama nunca se apague dentro de nós”.

Depois deixou uma “mensagem de agradecimento, reconhecimento e compromisso”, afirmando que o governo quer “assumir um compromisso de proximidade com as instituições e com as pessoas”.

O derradeiro dia da viagem da Chama da Solidariedade começara em Miranda do Douro, com uma breve passagem por território espanhol. No planalto mirandês, o facho solidário foi recebido no quartel dos bombeiros locais, onde, perante utentes e representantes de IPSS, houve dois momentos de dança, por um grupo feminino de danças mistas e ainda um grupo de jovens pauliteiros.

Antes, a autarca Helena Barril, após umas breves palavras em mirandês, sublinhou que “chamar a atenção para as IPSS nunca é de mais” e lembrou: “Unidos seremos sempre mais fortes e esta é uma hora para fazermos parte do espírito da solidariedade”. “A Chama pretende consciencializar a população para a necessidade de praticar a solidariedade, mas é também uma forma de reconhecer e prestar homenagem às terras que sabem cuidar dos seus”, disse Paula Pimentel.

Dali, a Chama seguiu para a penúltima visita de 2024, rumando a Vimioso. “Tal como o colesterol, também há uma solidariedade boa e outra má. A má existe porque não há respostas suficientes do governo, que não responde às instituições. Nós, autarquias e instituições, que estamos próximos e resolvemos os problemas das pessoas somos a solidariedade boa. Por isso, exige-se melhores condições para estas instituições”, sustentou, com emoção, o presidente da Câmara Municipal, António Vaz. Antes, Paula Pimentel recordou que a tocha solidária “já percorreu quase todo o distrito e em Vimioso queremos que sintam esta visita como uma homenagem a todos quantos aqui vivem e diariamente fazem alguma coisa para o bem comum”.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

A inatingível igualdade de género

A Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) foi à Assembleia da República no dia 3 de outubro com uma má novidade. A Lusa noticiou¹ que disse aos deputados que a diferença salarial entre mulheres e homens inverteu a tendência da última década e voltou a aumentar, ainda que marginalmente. Mais, disse que esta tendência é mais notória nos quadros superiores e profissões mais qualificadas.

As deputadas e os deputados da Subcomissão Parlamentar para a Igualdade de Género não parecem ter dado muita importância à audição da Presidente da CITE já que, segundo a notícia, apenas quatro dos 12 membros efetivos da dita Subcomissão estavam presentes na audição.

O desinteresse dos membros da Subcomissão pode ser eventualmente, entre outros motivos, devido à consciência de que na sua própria casa, o número de mulheres apresenta a mesma tendência. Nas eleições de 2024 foram eleitas menos 9 deputadas do que nas de 2019, eleições a partir das quais se inverteu a tendência de crescimento que era permanente desde 1985².

Ainda assim, os 33% de deputadas eleitas é superior aos 16% de presidentes de conselho de administração que são mulheres³.

Podemos escolher os indicadores que queiramos, chegaremos sempre à mesma conclusão de que há algo que impede a paridade entre mulheres e homens na vida pública e no mundo do trabalho.

Essa desigualdade não é uma especificidade portuguesa. O relatório publicado anualmente

pelo Banco Mundial sobre igualdade de género face à lei, na sua edição deste ano, cobrindo 190 países, concluiu que as mulheres têm menos de 2/3 da proteção legal dos homens. No que diz respeito a Portugal o relatório indica algumas áreas significativas de melhoria⁴, que vale a pena considerar.

No plano legal, o país está perto da garantia da igualdade, mas recebe duas recomendações: adoção de legislação abrangente sobre assédio sexual e sobre casamento infantil⁵.

No plano dos quadros de apoio, o relatório recomenda melhorias no domínio da violência contra as mulheres, incluindo a dotação de recursos para programas de prevenção e mitigação dessa violência.

O relatório tem ainda um plano de opiniões de peritos, em que sobressai a questão levantada pela Presidente da CITE no Parlamento, a da discriminação salarial.

Passados 50 anos sobre o 25 de abril, que acelerou drasticamente a redução das desigualdades entre mulheres e homens, a igualdade de género continua por cumprir. E se isto é verdade para a vida pública estende-se para a vida privada e em especial para a vida familiar. As mulheres, como é sabido, juntam à discriminação salarial, uma carga desproporcional de tarefas familiares e de trabalho do cuidado, que cria uma dupla discriminação⁶.

Mais preocupantemente, regressam ao espaço público narrativas que empurram para uma suposta ideologia de género a defesa da igualdade de direitos de homens e mulheres, disfarçando a legitimação da discriminação com uma

suposta diferença natural que talharia melhor uns e outros para um e outro tipo de tarefas.

Infelizmente, neste domínio, mesmo o Papa Francisco repete mensagens equívocas, como quando disse recentemente a estudantes da Universidade Católica de Lovaina que “a feminilidade nos fala de um acolhimento frutífero, de uma dedicação cuidadora (“nurturing”) e vivificante. Por isso, uma mulher é mais importante que um homem, mas é terrível quando uma mulher quer ser um homem: não, ela é uma mulher, e isso é ‘pesado’ e importante”. O discurso mereceu uma crítica pública da Universidade em que esta se afirma como uma universidade inclusiva e “reafirma o seu desejo de que todos floresçam dentro dela e na sociedade, quaisquer que sejam as suas origens, género ou orientação sexual, convocando a igreja a seguir o mesmo caminho, sem nenhuma forma de discriminação.”

Felizmente, não há sinais de cedência dos nossos governos a essa visão. O atual governo está comprometido pelo seu Programa com a redução das disparidades salariais e a redução da violência doméstica, tendo-se proposto implementar várias medidas concretas de promoção da paridade, de igualdade salarial, de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, de combate à violência contra as mulheres. O anterior já afirmava o mesmo tipo de compromisso. Falta saber se surgem em tempo as políticas públicas que transformam o discurso em ação que torne menos inatingível a igualdade de género.

¹ CF. “fosso salarial entre homens e mulheres aumentou pela primeira vez em nove anos – cite” acessível em <https://www.lusa.pt/article/2024-10-03/43670255/fosso-salarial-entre-homens-e-mulheres-aumentou-pela-primeira-vez-em-nove-anos-cite> (notícia completa acessível apenas a subscritores).

² Dados disponíveis na Pordata, acessíveis em https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-06/Portugal_Mandatos_nas_eleicoes_para_a_Assembleia_da_Republica_deputados_dosexo_feminino_por_partido_politico.xlsx

³ Dados do estudo da Informa D&B, noticiado pela lusa a 21 de março de 2024, acessíveis em <https://www.cig.gov.pt/2024/03/mulheres-em-30-dos-cargos-de-gestao-e-desigualdade-e-maior-nas-grandes-empresas-estudo/>

⁴ “Women, business and the law – Portugal”. Dados acessíveis em <https://wbl.worldbank.org/content/dam/documents/wbl/2024/pilot/WBL24-2-0-Portugal.pdf>

⁵ Para seguir esta polémica, incluindo a resposta do Papa Francisco à crítica, ver a notícia da Catholic News Agency, disponível em <https://www.ewtnvatican.com/articles/pope-francis-responds-to-critics-of-his-comments-on-women-in-belgium-3459>

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

“Erro próprio”

(António Maria Lisboa)

Corro propositadamente o risco de voltar ao tema da crónica que aqui publiquei em Agosto passado, sobre a coreografia que tem marcado as posições dos principais parceiros – Governo, PS e Presidente – no processo de negociação do Orçamento do Estado para 2025.

Mas, em meu abono, recordo que se trata de um tema que ainda não abandonou a boca do palco da actualidade política cá do rectângulo, que ocupa obsessivamente desde há dois meses, tardando o esperado clímax, isto é, saber-mos todos se há acordo do Governo com o PS – e se, não o havendo, iremos ou não para nova dissolução do Parlamento e consequentes eleições legislativas – as terceiras em um ano.

O principal adepto do acordo entre o Governo e o PS para a aprovação do Orçamento tem sido o Presidente da República, que tem insistido publicamente no aconselhamento desses dois actores, para que se entendam.

É variado o leque das explicações para o envolvimento tão intenso de Marcelo Rebelo de Sousa neste processo.

(Mesmo aqueles que entendem que Marcelo Rebelo de Sousa muitas vezes dilui e desperdiça a importância da sua magistratura de influência pelo uso excessivo da palavra, a propósito de tudo e de nada, admitem que neste processo Marcelo Rebelo de Sousa leva ao extremo esse uso, intervindo directamente na luta político-partidária, manifestamente fora da magistratura de influência que é a sua, empurrando Governo e PS para o acordo, ao admoestar publicamente o Governo sobre a fragilidade parlamentar que o suporta, e ao dar ao PS o seu próprio exemplo, enquanto líder do PSD, de viabilização dos Orçamentos de Estado no tempo do Governo de António Guterres.)

A explicação mais glosada sobre a motivação presidencial para esse afã de aconselhamento tem sido a de o Presidente não querer deixar a imagem póstuma do seu mandato associada a um período de instabilidade político-institucional, com Governos a durarem tanto como os da 1ª República e correndo o risco de essa precariedade institucional vir a desaguar em soluções autoritárias, como aconteceu em 1926.

Tal instabilidade – crê-se que o próprio Presidente já o admite – é particularmente causa de perplexidade no que toca ao processo que levou à demissão inopinada de António Costa de Chefe do Governo, à conta do comunicado da Procuradoria Geral da República.

2 – Mas não se pode deixar de considerar uma motivação mais próxima da personalidade de Marcelo Rebelo de Sousa – a que o leva a apontar a Pedro Nuno Santos o seu próprio exemplo (dele, Marcelo Rebelo de Sousa), a propósito da viabilização dos Governos de António Guterres.

O Presidente da República tem aflorado a ideia de que o seu entendimento com Guterres, no final da década de 90 do século passado, se deveu à constatação de que, tendo sido Guterres a vencer as eleições, lhe cabia governar, sendo o dever da Oposição viabilizar o exercício do poder pelo vencedor.

Mas a história não foi tão simples.

Não foi tão despojada a motivação do então líder do PSD.

A viabilização do Programa de Governo teve um preço – e alto.

Ainda hoje estamos a pagar esse preço.

Convém recordar que uma das principais promessas eleitorais de António Guterres fora o cumprimento da obrigação constitucional de proceder à Regionalização do território do nosso País.

Ora, Marcelo impôs a Guterres, como condição para deixar passar o Programa de Governo, que a organização regionalizada do território ficasse dependente da realização de um referendo, exigindo, para o resultado ser vinculativo, a participação maioritária do eleitorado.

Do desenvolvimento dessa condição, de par com erros próprios dos defensores da Regionalização, designadamente quanto ao mapa das Regiões a criar, resultou do referendo de 1998 continuarmos o País mais centralizado da Europa a que pertencemos, em que o peso da capital sufoca as energias criadoras das periferias e em que a corte – e os cortesãos – absorve os recursos públicos que deveriam equilibrar as desigualdades.

Até hoje – já lá vão 26 anos!

(Marcelo Rebelo de Sousa aparece tão identificado com as forças que se opõem à regionalização que António Costa, que inscrevera a retomada do processo de regionalização no seu Programa de Governo, veio expressamente a abandonar essa promessa, imputando à oposição do Presidente da República o incumprimento da promessa eleitoral – no tempo da coabitação cúmplice que marcou os primeiros anos de Governo de António Costa e o primeiro mandato de Marcelo.)

3 – Também nos efeitos duradouros decorrentes das condições apostas pelas Oposições para viabilizar Governos minoritários se equiparam os comportamentos de Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Nuno Santos, enquanto líderes daquelas.

Assim como Marcelo logrou manter até hoje, desde há 26 anos, o travão ao processo de regionalização, também relativamente à redução do IRC Pedro Nuno pretende amarrar o Governo nos anos subsequentes a 2025.

Será legítimo concluir desta aparente semelhança de estratégia que Pedro Nuno Santos irá deixar passar o Orçamento para 2025 – como Marcelo Rebelo de Sousa com Guterres?

É certo que há diferenças na pose.

Hoje, as negociações são às escâncaras. Parece que as propostas são mais destinadas ao público do que à outra parte.

Quererá este padrão dizer que não se trata de verdadeira negociação, mas apenas actuação – como num teatro?

Mesmo o mediador – o Presidente –, que veio agora anunciar o seu silêncio, não deixou de participar no processo das portas abertas.

Mas, verdadeiramente, o que quer cada um dos parceiros?

Que cartas têm nas mãos? E quem parte o baralho?

(Nota Final)

Ontem, 5 de Outubro, festejou-se a República.

Para quem é do Porto, como é o meu caso, a implantação da República festeja-se simbolicamente a 31 de Janeiro – data da chamada Revolta do Porto, que implantou brevemente a República na cidade, nesse dia do ano de 1891, 19 anos antes de Lisboa.

O Movimento do 31 de Janeiro, comemorado no Porto, invariavelmente, durante a Ditadura, numa homenagem aos mártires da Revolta, no cemitério do Prado do Repouso, tendo sido vencido, permaneceu sempre com aquela aura romântica que timbra as revoluções justas, mas que não tiveram sucesso.

Foi assim a sua evocação poupada aos episódios de violência, perseguições e caos que se verificaram durante a 1ª República – e que criaram o clima propício à implantação do Estado Novo.

Termino como o Presidente da República no Parlamento: Viva a República!

JOÃO CANEDO, PRESIDENTE DA UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Temos trabalhado para a formação dos recursos humanos e para a melhoria da gestão

A Volta a Portugal da Solidariedade desta edição voou até ao Arquipélago dos Açores. Aproveitando a realização do I Encontro de IPSS dos Açores, foi possível sentir o pulsar da solidariedade social nas nove ilhas da região, onde existem 223 IPSS, 85 das quais associadas da União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA). No presente, a União só não tem associadas nas ilhas do Pico e do Corvo.

A partilha e comunicação entre as instituições açorianas é dificultada pela dispersão por nove ilhas, mas a URIPSSA, segundo o presidente João Canedo, vem tentando atenuar essa lacuna e a realização do I Encontro de IPSS dos Açores é a mais recente iniciativa.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode traçar das IPSS na Região dos Açores?

JOÃO CANEDO - Visto estarem implantadas nas nove Ilhas dos Açores temos uma diversidade de necessidades das instituições, desde formação, comunicação e partilha de conhecimentos.

Em termos de dimensão, qual é a realidade das instituições do distrito, sabendo-se que a sustentabilidade está muito ligada a esse aspeto?

Na Região Autónoma dos Açores temos IPSS que tem desde um trabalhador e outras que vão até 200 trabalhadores, não sei se existem com mais de 200 trabalhadores. Ao falar de sustentabilidade, gostaria de informar que a URIPSSA tem feito um trabalho, em parceria com o Governo Regional dos Açores, no sentido de melhorar a sustentabilidade das instituições e também de dotar os seus dirigentes e quadros de ferramentas para melhorar a gestão das mesmas. Tenho sempre dito que as IPSS não são empresas, mas têm que ser geridas como empresas, para podermos ser sustentáveis e melhorar o nosso apoio à comunidade.

Qual a grande lacuna em termos de respostas sociais na Região?

No meu modesto entender, temos de criar estruturas próprias para a demência, que não existem nos Açores, com pessoal qualificado para que possamos ajudar a melhorar a qualidade de vida destas pessoas. Existe a necessidade de pessoal qualificado e de estruturas com condições especiais para podermos acolher os utentes e as suas famílias, de cuidados paliativos e de os apoiarmos no seu tempo de vida.

Quais os principais obstáculos que as IPSS dos Açores enfrentam para melhor cumprirem a sua missão?

As IPSS dos Açores melhoraram muito a sua prestação de serviço ao integrarem nos seus quadros pessoas com melhores qualificações e ao investirem na formação dos seus trabalhadores.

Como é a relação com as associadas e quais as solicitações mais frequentes que estas fazem à URIPSSA?

Tentamos que seja uma relação de proximidade,



por isso promovemos reuniões, formações e trabalhamos muito através do e-mail e do telefone. É claro que teríamos outro gosto se as IPSS associadas e não só participassem mais nas reuniões, formações, Assembleias Gerais e nos eventos que a URIPSSA promove, mas o território insular não ajuda.

E como é a relação com a CNIS?

A relação com a CNIS é de proximidade e de grande importância para a URIPSSA. Como disse antes, a comunicação e o conhecimento é importantíssimo para termos acesso a toda a informação e é esse trabalho que fazemos em parceria. Acho que deveríamos ter um tempo para cada União reunir com a Direção e expor os seus problemas e necessidades.

Como é que acha que a CNIS poderia estar mais próxima das Uniões e das respetivas associadas?

No meu entender, podíamos aproveitar as reuniões do Conselho Geral e da Comissão Permanente para reunirmos e discutirmos as preocupações e necessidades de cada União. Acredito que cada União tem o seu problema ou necessidade diferente das outras e precisamos de trocar ideias particulares de cada uma.

O PRR chegou às instituições dos Açores?

O PRR dos Açores tem que ser candidatado pelo Governo Regional, pelo que as IPSS não podem concorrer diretamente, o que para nós é um problema. Era da maior importância que as instituições dos Açores pudessem concorrer diretamente aos projetos da União Europeia, mas sendo nós uma Região Ultraperiférica não conseguimos. O que o Governo Regional tem apoiado as IPSS no âmbito do PRR é através do programa GER/MOV, que veio modernizar o parque automóvel das instituições.

Que balanço faz do I Encontro das IPSS dos Açores, que decorreu em setembro?

Este I Encontro de IPSS dos Açores surgiu de uma necessidade que assinalámos numa formação que fizemos em parceria com o Governo Regional dos Açores e a Universidade Católica do Porto, na qual 34 dirigentes e técnicos puderam melhorar os seus conhecimentos em várias áreas. É claro que estava bastante expectante quanto às pessoas que iriam aparecer no encontro e tivemos um grupo de oradores de excelência. Gostaríamos de contar com mais dirigentes e trabalhadores das IPSS nos eventos, mas as salas estiveram bem compostas nos três temas escolhidos: Idosos, na Praia da Vitória; Pessoas com Deficiência, em Angra do Heroísmo; e Crianças e Jovens, na Ribeira Grande. Foi uma semana em que se falou da Economia Social e em que se mostrou as boas práticas das instituições. Por outro lado, também foi importante na medida em que tivemos trabalhadores e representantes de IPSS de Coimbra, Braga, Lisboa, de diversas Ilhas e da própria CNIS, que vieram dar o seu testemunho do que se bem faz neste sector. O Encontro teve também o intuito de se falar das necessidades especiais da nossa comunidade, desde conseguir-se melhorar o acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas com deficiência e dos jovens que estão nas casas e acolhimento. Temos uma semana em que as IPSS pudessem falar das suas preocupações e necessidades e ver como outras instituições conseguiram ultrapassar as suas dificuldades era muito importante. O mais importante de tudo é ver como trabalhadores, dirigentes e todos os envolvidos nas causas sociais se preocupam em melhorar a qualidade de vida dos seus utentes e a sua grande motivação em serem trabalhadores das IPSS. Como escreveu Fernando Pessoa: “O melhor tempo que gastamos é o que investimos nas Pessoas”.

O Encontro foi importante para reforçar a união com as IPSS associadas?

Foi da maior importância para reforçar os laços da União com as IPSS, com o Governos Regional, com os Municípios, com a CNIS e com quem está ligado à Economia Social.

UDIPSS PORTO CONVIDA TODOS A ASSINAR

Lançada petição para a criação do Estatuto do Membro Voluntário de Órgão de Administração de IPSS

Promovido pela UDIPSS Porto, decorreu na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, no Porto, o encontro «Ser Dirigente de IPSS – Desafios», que reuniu dirigentes e profissionais do Sector Social Solidário e onde foram discutidos alguns dos principais desafios enfrentados pelos dirigentes de IPSS e propostas soluções inovadoras, com especial destaque para a criação do «Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS».

Sobre o novo estatuto proposto, a apresentação esteve a cargo de Maria José Miranda, presidente da UDIPSS Porto, que começou por expor os motivos que levaram a estrutura que lidera a avançar.

Segundo o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25/02, e as posteriores alterações que lhe foram introduzidas, há “um conjunto de responsabilidades dos órgãos de administração destas Entidades, responsabilidades estas que lhes exige uma presença, participação e tomada de decisão regular na atividade diária destas”, lembrou, sublinhando: “As funções e responsabilidades dos membros do órgão de administração das IPSS são cada vez mais

crescentes, exigentes e complexas, não se podendo reduzir a uma prática que confunda voluntariado com voluntarismo. E é cada vez mais necessário dinamizar e incentivar o exercício destes cargos, dotando-os de formação e de informações imprescindíveis para o bom exercício dos mesmos, captando na sociedade civil os cidadãos mais aptos, responsáveis e interessados na economia social”.

Recordando que a atual realidade “impede ou dificulta que a população ativa, em particular os que trabalham por conta de outrem, exerçam cargos no órgão de administração das IPSS, por impossibilidade de conciliar tal exercício com a sua vida profissional, familiar e social”, Maria José Miranda frisou que “a atual realidade dos membros do órgão de administração das IPSS desafia a sociedade civil para a premência da renovação geracional, nunca podendo prescindir do exemplo, dedicação e conhecimento dos que ao longo de décadas dotaram as comunidades de equipamentos e respostas sociais imprescindíveis para a qualidade de vida de cada comunidade”.

Referindo ainda a Lei n.º 71/98, de 03/11, que aprovou as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, mas que não tem em conta as necessidades específicas dos membros de Órgão de Administração de IPSS, a presidente da UDIPSS Porto resgatou o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, aprovado pela Lei n.º 20/2004, de 05/06, e que se aplica “aos dirigentes de todas as associações e respetivas estruturas federativas ou de cooperação dotadas de personalidade jurídica que



não tenham por fim o lucro económico dos associados ou da associação, não incluindo grande parte dos dirigentes das IPSS, quando estas não têm natureza associativa”, para o adaptar ao estatuto do dirigentes de IPSS com funções diretivas.

No entanto, o documento de 2004 faz depender o crédito de horas ao número de associados da organização. Ora, a importância de uma IPSS não se mede pelo número de associados, que muitas das vezes é reduzido, mas pelos números de respostas sociais e de pessoas que apoia.

Assim, introduzindo algumas alterações ao texto legal de 2004, o novo Estatuto proposto pretende “estabelecer um regime de apoio aos membros voluntários do órgão de administração de Instituições Particulares de Solidariedade Social na prossecução das suas atividades ao serviço das respetivas instituições”.

Entre as alterações propostas, defende-se que “os membros voluntários dos órgãos de administração não podem ser prejudicados nos seus direitos e regalias no respetivo emprego por virtude do exercício de cargos nos órgãos de administração das respetivas instituições” e “existindo outro regime mais favorável para os membros voluntários dos órgãos de administração, designadamente em instrumento de regulação coletiva de trabalho, esse regime prevalece sobre as disposições da presente lei”.

Sobre o crédito de horas, a proposta para as faltas dadas por motivos relacionados com a atividade da respetiva instituição é que sejam consideradas justificadas dentro dos seguintes limites definidos em função do número de respostas sociais e número de utentes: a) Instituição com uma resposta social e até 100 utentes, um crédito de horas correspondente a 4 horas de trabalho por mês; b)



Instituição com duas respostas ou com 101 utentes a 200 utentes, um crédito de horas correspondente a 7 horas de trabalho por mês; c) Instituição com 3 respostas sociais ou com 201 utentes a 250 utentes, um crédito de horas correspondente a 10 horas de trabalho por mês; d) Instituição com 4 respostas sociais ou com 251 utentes a 300 utentes, um crédito de horas correspondente a 14 horas de trabalho por mês; e) Instituição com 5 ou mais respostas sociais ou com mais de 300 utentes, um crédito de horas correspondente a 18 horas de trabalho por mês”.

Entre outras alterações propostas, está plasmado que “os Membros Voluntários dos Órgãos de Administração têm dedução à coleta de IRS 750€, independentemente do cargo que ocupam no órgão”.

Com o intuito de levar a proposta de Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS até ao plenário da Assembleia da República, a UDIPSS Porto lançou uma petição.

Os interessados em subscrever a petição para a criação do Estatuto do Membro Voluntário de Órgão de Administração de IPSS podem fazê-lo presencialmente nas diversas IPSS do distrito do Porto, e não só, ou através do sítio na internet do Parlamento (<https://participacao.parlamento.pt/initiatives/4415>).



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PELA PRIMEIRA VEZ NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS

Volta a aumentar fosso salarial entre homens e mulheres

A presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) denunciou o aumento do fosso salarial entre homens e mulheres pela primeira vez em nove anos, sobretudo nos quadros superiores. “Pela primeira vez, num ciclo de nove anos, nós vimos aumentar o fosso salarial de 13,1% para 13,2% se considerarmos o salário base, e de 15,9% para 16% se considerarmos o ganho e isto deve preocupar-nos”, disse Carla Tavares, que esteve na subcomissão parlamentar para a Igualdade e Não Discriminação.

A presidente da CITE, que esteve a ser ouvida por quatro dos doze deputados efetivos da subcomissão, admitiu que o aumento pode parecer reduzido, mas apontou que é preciso desconstruir os números, tendo em conta que “o maior aumento desta desigualdade é precisamente nos quadros superiores”, por oposição aos quadros inferiores ou médios, entre os quais a “desigualdade não é tão elevada”.

“Nos quadros superiores e nas profissões mais qualificadas há um aumento bastante

significativo do ‘gap’ salarial entre mulheres e homens e isto é algo que deve merecer a nossa reflexão e percebermos o que pode ser feito para melhorarmos esta realidade”, defendeu Carla Tavares.

A responsável referiu, a propósito, que a CITE tem prevista uma campanha para 2025 sobre partilha de tarefas domésticas e trabalho familiar, sublinhando que “é aí que está a base de todas as desigualdades”.

“Enquanto nós não conseguirmos quebrar esta barreira, não conseguimos alcançar a efetiva igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho”, defendeu.

Segundo Carla Tavares, o diferencial no tempo que homens e mulheres gastam com trabalho doméstico “ainda é tão persistente” e lembrou que o último estudo da CITE revelou que as mulheres despendiam mais uma hora e 45 minutos do que os homens na realização dessas tarefas.

“Enquanto nós não diminuirmos este fosso [no trabalho não remunerado], nós não vamos,

de facto, conseguir resolver todos os outros problemas que afetam as mulheres nas mais diversas vertentes, mesmo ao nível da progressão da carreira”, defendeu.

Questionou por que razão “as mulheres muitas vezes não acedem a lugares de maior responsabilidade”, respondendo imediatamente que é “porque recai sobre elas outras responsabilidades”, como o “tratamento da casa, da família, de cuidar dos filhos”. “Não lhes permite muitas vezes assumir funções de maior responsabilidade”, sublinhou.

Além da campanha pela partilha de tarefas domésticas, a presidente da CITE disse que está também prevista outra campanha pela prevenção e combate ao assédio no trabalho.

Carla Tavares adiantou que em 2023 foram reportadas à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) 426 “situações de irregularidades” detetadas pela CITE e adiantou que está a ser ultimada uma ferramenta que irá permitir uma ligação mais direta entre as duas entidades para a monitorização dos processos.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas



PI

Plataforma Integrada WEB



Utentes



Caixas e Pagamentos e Fornecedores



Bancos



Qualidade 3ª Idade



Rendas



Qualidade Infância e Juventude



Associados Irmãos



tsr

sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt




MUDANÇAS NO ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

Com a mesma residência fiscal não é necessário haver relação familiar

Pessoas sem relação familiar com as pessoas cuidadas podem aceder ao estatuto de cuidador principal, desde que partilhem residência, depois do governo ter aprovado algumas alterações ao estatuto de cuidador informal.

Foi a própria ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, que deu a novidade na conferência de imprensa do Conselho de Ministros. O valor de referência para atribuição de apoio ao cuidador informal principal sobe de um IAS (Indexante dos Apoios Sociais), com um valor de 509,26 euros, para 1,1 IAS, para um montante de 560,19 euros. “Pode parecer pouco, mas é muito significativo na medida em que o cuidador principal só recebe o subsídio se não tiver qualquer outro rendimento”, disse a ministra.

Ainda no que diz respeito ao cuidador informal principal, em caso de existir relação familiar com a pessoa cuidada deixa de ser necessária a coincidência fiscal entre ambos. “As medidas são cirúrgicas, mas dirigidas aos pontos que verdadeiramente relevam. É alargado o universo do cuidador informal, permitindo que não sejam só familiares a tomar conta de alguém. Há muitos idosos muito sós e que na verdade são cuidados por pessoas que não são da sua família”, disse a ministra.

De acordo com os dados apresentados, o valor médio dos apoios pagos aos cuidadores informais é de 324,16 euros e apenas sete mil cuidadores informais, dos 15 mil com estatuto aprovado, beneficiam do subsídio.

Desde 2020, o pagamento deste apoio custou ao Estado 41 milhões de euros, um valor que a ministra comparou com 425,6 milhões de euros gastos pelo Estado em apoios a Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) em 2023, sublinhando que cada uma das 65 mil pessoas institucionalizadas em ERPI representa um custo médio de 875,78 euros.

Com as alterações hoje aprovadas, a ministra estima que os encargos do Estado com os subsídios aos cuidadores informais aumentem em 30 milhões de euros, não só pelo aumento direto do valor do apoio, mas também pela facilitação do acesso ao estatuto de cuidador, o que pode levar a que mais pessoas o requeiram, o que por sua vez pode levar a um menor número de institucionalizações e “diminuir bastante o impacto orçamental” do aumento do apoio aos cuidadores informais.

“Não foi por olhar para estes números que estas decisões foram tomadas no Conselho de Ministros, é preciso dizê-lo com clareza, foi porque isto significa uma nova abordagem do problema do apoio aos nossos idosos, mas em todo o caso os indicadores económicos também nos confortam nas decisões”, disse a ministra Maria do Rosário Ramalho.

A ministra destacou ainda a simplificação e desburocratização do processo de



reconhecimento do estatuto de cuidador e a instituição da nova figura legal de cuidador provisório, “para situações de emergência em que surge também uma grande necessidade de dependência que justifica o cuidado, mas que prevê que a pessoa possa recuperar”, não fazendo por isso “sentido uma coisa muito burocrática para instituir aquele regime”.

“Esta é uma novidade, não existia esta figura na lei, porque todo o regime legal está pensado para um cuidado permanente, para uma dependência permanente. Esta figura tem duas virtualidades: tornar mais célere o acesso ao estatuto do cuidador informal principal, mas também acudir a situações de vincada dependência e que precisam de cuidados permanentes”, mesmo que temporariamente, por um período limitado à duração da situação médica que a justificou, explicou a governante.

“O regime do cuidador informal provisório é mais célere, porque é atribuída à pessoa imediatamente um profissional de referência, que ajuda na instrução de todo o processo e os documentos instrutórios são também mais simples, tendo um prazo para apresentação para se completar o processo, mais dilatado, mas o estatuto é logo atribuído. Normalmente nesta

situação não há lugar a subsídios, só quando for depois definitivo”, acrescentou.

Em janeiro, o parlamento já tinha aprovado uma primeira alteração ao estatuto do cuidador informal relativa à relação familiar entre cuidador e pessoa cuidada, não a exigindo quando se tratasse de um cuidador não principal.

O estatuto do cuidador informal foi aprovado em 2019, regulando os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelecendo as respetivas medidas de apoio. A legislação contempla um cuidador informal principal e um cuidador informal não principal.

Até aqui, o cuidador informal principal abrangia o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida desta de forma permanente, que com ela vive em comunhão de habitação e que não auferir qualquer remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.

De acordo com dados até julho do Instituto de Segurança Social, Portugal tem quase 15 mil cuidadores informais, dos quais mais de 9 mil são cuidadores principais, sobretudo mulheres com idade média próxima dos 60 anos.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O relatório Draghi ou a desesperada esperança no futuro da União Europeia

Algures no tempo, neste espaço de crónica, prometemos voltar ao tema do relatório Draghi sobre a restauração da competitividade europeia, assim que ele fosse tornado público. E o prometido é devido!

As grandes linhas diretoras do documento já eram conhecidas pelo que o que temos agora de novo é a análise fina ao nível setorial e a correspondente quantificação dos diagnósticos e das medidas recomendadas.

A União Europeia, se tomada no seu conjunto, é um dos três grandes blocos económicos do mundo, um pouco menor que a economia americana e de dimensão similar à economia chinesa.

A União Europeia navegou relativamente bem o período da globalização, da mundialização das cadeias de valor em que o mundo parecia reger-se por regras e onde os argumentos de poder ou força bruta pareciam não ter lugar.

A União Europeia soube aproveitar as oportunidades criadas pela emergência das novas potências económicas, em particular a China, para potenciar o seu sistema exportador ao mesmo tempo que um mundo regido por regras (e a expectativa de que assim continuasse!) permitia manter orçamentos de defesa curtos e, portanto, criar capacidade de despesa pública para outras finalidades.

Entretanto tudo mudou! A União Europeia vê-se subitamente num mundo onde o nacionalismo económico renasceu das cinzas ao mesmo tempo que os argumentos de força bruta e o desprezo das regras voltam a ser moeda corrente como abundantemente demonstram a guerra na Ucrânia ou a situação no Médio Oriente.

A verdade é que a Europa não estava preparada para nenhuma destas grandes mudanças. No plano da defesa a Europa continua a depender totalmente da proteção que os Estados Unidos queiram oferecer. No plano da economia a Europa vê-se subitamente cercada por dois blocos económicos, Estados Unidos e China, que prosseguem deliberadas e assumidas políticas industriais de proteção da produção local através de, entre outras iniciativas públicas, programas massivos de investimento público ou de apoio ao investimento privado através de subsídios, descontos fiscais, etc.

Não é necessário sobrecarregar excessivamente as nossas sinapses para perceber que a Europa, se quiser sobreviver como um bloco político e económico relevante, tem de resolver os dois temas, ou seja, tem de conseguir um módico de autonomia na sua defesa e tem de investir

massivamente para aumentar a sua produtividade e, desse modo, poder competir com os outros dois monstros da economia global.

O relatório Draghi, para além de conter uma análise detalhada dos setores considerados mais relevantes e um minucioso elenco das medidas a tomar, também nos permite uma visão mais macro, a qual cabe melhor num espaço de crónica como este que me é dado ocupar.

Para atingir os objetivos enunciados no relatório Draghi o total de investimento adicional anual necessário é de 750 a 800 biliões de euros, ou seja, algures entre 4,4 e 4,7% do PIB da União Europeia. Para se ter uma ordem de grandeza deste esforço de investimento, compare-se com o famoso plano Marshall que ajudou na recuperação económica da Europa a seguir à devastação da segunda guerra mundial - valia entre 1 e 2% do PIB da altura. A adição necessária ao investimento na União Europeia equivale a passar a taxa de investimento atual (formação bruta de capital fixo/PIB) de cerca de 22% para próximo de 27%, ou seja, regressar aos níveis dos anos magníficos da recuperação europeia do pós-guerra.

Naturalmente que a primeira questão que nos ocorre neste contexto é de onde virá o dinheiro para financiar um esforço de investimento desta ordem de magnitude.

Claro que a maior parte do investimento total será investimento privado e financiado nos sistemas financeiros em base comercial.

Contudo, uma parte do esforço terá de assumir forma de investimento público ou ajudas públicas ao investimento privado na forma de subsídios, empréstimos ou créditos fiscais. Trata-se aqui de pura macroeconomia básica. Na União Europeia o investimento total distribui-se genericamente em quatro quintos privado e um quinto público. Um aumento do investimento privado de 4% do PIB implicaria, segundo os modelos da Comissão Europeia, uma redução do custo do capital em cerca de 250 pontos base o que, aparentemente, não é possível, ou seja, por aqui não chegamos lá!

Acresce que muita desta intervenção pública terá de ser assumida ao nível da União o que é um problema. Em áreas como o investimento em tecnologias avançadas de inteligência artificial, investimento nas conexões internacionais das redes de energia ou investigação e aquisição comum na área da defesa, a intervenção da União Europeia enquanto tal é indispensável. Acontece que o orçamento da União vale atualmente cerca de 1% do PIB o que contrasta com

orçamentos dos estados na casa de 50% do PIB. Para além de pequeno o orçamento da União está comprometido em cerca de dois terços com apenas duas políticas, a saber, a política de coesão e a política agrícola comum. Por outro lado, a dívida comum da União assumida no âmbito da NextGenerationEU, para suporte do esforço de recuperação pós-covid, começa a ser reembolsada em 2028 ao ritmo de 30 biliões de euros por ano.

Parece claro que os objetivos do relatório Draghi não serão exequíveis sem um alargamento substancial do orçamento da União Europeia, seja através do aumento das contribuições dos países membros, seja com novas fontes de receita ao nível da União, seja, finalmente, com recurso à emissão de dívida comum.

Podemos imaginar como é uma tarefa difícil.

Aumentar as contribuições dos estados numa altura em que muitos deles enfrentam situações fiscais como só se viram em tempo de guerra não parece fácil.

Criar novas fontes de receita a nível comunitário pode parecer mais exequível, contudo, tratar-se-á sempre de novos impostos que os cidadãos terão, de uma forma ou de outra, que pagar. Resistência e contestação serão inevitáveis.

Emitir dívida comum vai, com certeza, colher a oposição e a resistência da parte dos falcões fiscais europeus, nomeadamente, dos suspeitos do costume com Alemanha, Holanda e Áustria provavelmente à cabeça. Acresce no caso alemão que o Tribunal Constitucional pode inviabilizar qualquer emissão de dívida comum europeia adicional à NextGenerationEU, a qual só passou no Tribunal Karlsruhe porque foi considerada uma situação excepcional e sem repetição.

Para ajudar à festa vemos um pouco por todo o lado na União Europeia o ascenso de partidos políticos que são críticos da União e que pretendem recuperar para o nível nacional parte do poder que foi transferido para Bruxelas.

Este é o lado dramático do relatório Draghi. Creio que ninguém de bom senso discordará que, se a União Europeia pretende continuar a ser um ator relevante nos planos político e económico, algo próximo das medidas sugeridas no relatório terá de ser realizado. O risco de que os egoísmos nacionais, o ascenso dos nacionalismos ou o simples imobilismo possam tolher as medidas apresentadas é enorme. Como refere Mário Draghi nos seus documentos, o imobilismo pode não matar a União Europeia, contudo, vai colocá-la no caminho de uma "lenta agonia".



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

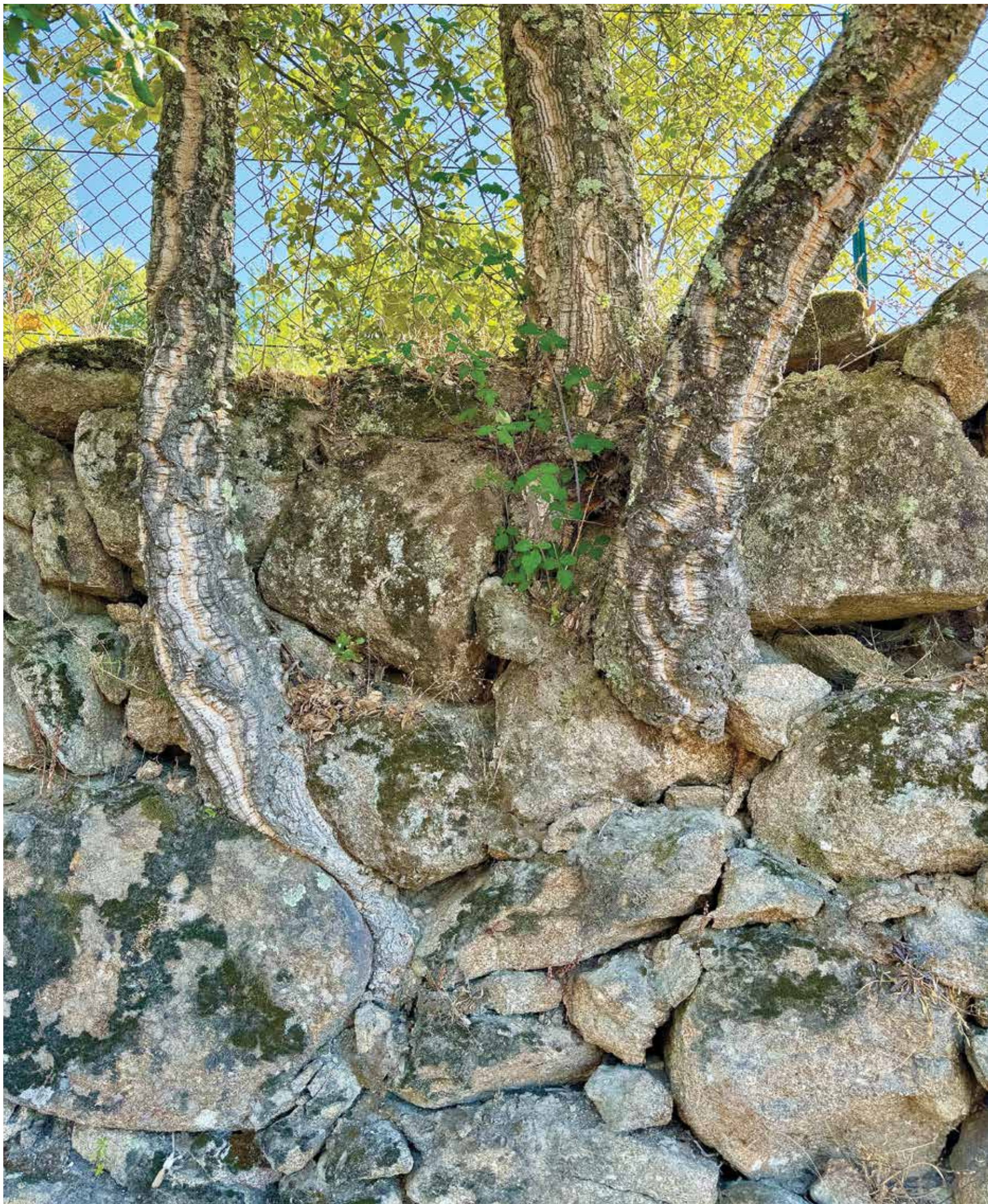
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Resiliência

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

CONFERÊNCIA “HABITAR AS GRANDES CIDADES”

A construção de habitação em Portugal é feita no sítio errado para as pessoas erradas

A demógrafa Alda Botelho Azevedo considera que em Portugal se tem construído habitação “no sítio errado, para as pessoas erradas”, sugerindo ao Governo que faça estudos regulares sobre como efetivamente vivem as famílias.

Por ocasião da conferência “Habitar as grandes cidades”, que se realizou em Lisboa, a investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa afirmou que “tem havido um desfasamento entre aquilo que é a tendência do tipo de construção e aquilo que é a tendência da população e do número de famílias”.

Lembrando que vários países têm “uma prática regular” de realizar estudos sobre a população e as famílias, Alda Botelho Azevedo sugere que Portugal faça o mesmo de três em três anos ou de cinco em cinco anos. “Em termos de prática corrente, estamos a fazer as coisas da forma errada, porque partimos do princípio que, como nunca vamos ser capazes de construir tudo aquilo que falta construir, construímos o mais que podemos, mas depois construímos no sítio errado, para as pessoas erradas”, observa.

“Nós não podemos continuar - como fizemos, por exemplo, na década de 1980, na década de 1990 - a construir casas com quatro quartos, quando a dimensão média das famílias já era muito inferior a isso”, exemplifica.

Por isso, recomenda, “a primeira coisa que é fundamental que este Governo implemente, como prática corrente, é a estimação da população e do número de famílias, para conseguir projetar não as necessidades correntes, mas as correntes e as futuras”. Só depois será possível “identificar quais são as soluções que são necessárias”, salienta.

Simultaneamente, Alda Botelho Azevedo rejeita que a construção nova seja a solução para a crise de habitação, sabendo, porém, que esta “fica muito mais barata do que a reabilitação”.

A demógrafa acredita que o parque habitacional vago consegue dar resposta. “Continuamos a deixar um edificado que é património, que é fundamental, que está bem localizado, sem cumprir a sua função de alojar famílias”, lamenta.

Alda Botelho Azevedo - cuja investigação se tem centrado na demografia da habitação - adianta que um estudo, que será publicado em breve numa revista científica da especialidade, baseado numa projeção da população e das famílias residentes em Lisboa até 2051, conclui que as 320 mil habitações que constituem o parque habitacional da capital “são suficientes para acomodar o número de famílias projetado por tipologia, portanto por número de quartos”. A conclusão exclui “naturalmente” as habitações que estão em alojamento local, porque essas estão a ser utilizados com fins turísticos.

Perante este cenário, a investigadora - excluindo a opção pelo arrendamento forçado - não duvida de que, com incentivos fiscais e estabilidade nas políticas, “os alojamentos que neste momento estão vagos poderiam vir a ser reabilitados e colocados quer no mercado de venda, quer no mercado de arrendamento de longo prazo”.

Além disso, como “o solo nas grandes cidades tem neste momento custos muito elevados”, essa construção nova terá forçosamente que ser feita “bastante já fora daquilo que são as zonas de maior interesse”, servidas por escolas e perto dos locais de trabalho.

A investigadora defende ainda que é urgente aumentar o parque habitacional público, mas fazê-lo assegurando que este se dirige a todas as classes sociais, “tentando desconstruir os estigmas em volta da habitação pública”.



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele